



As Tecnologias de Informação e Comunicação e a investigação jornalística: o caso Wikileaks

Pedro Ivo Freire Vieira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2012

As Tecnologias de Informação e Comunicação e a investigação jornalística: o caso Wikileaks

Pedro Ivo Freire Vieira

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Maria Manuel Borges e do Engenheiro Mario Bernardes

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2012



Este trabalho foi licenciado com a Licença Creative Commons Atribuição-Usó Não-Comercial 3.0 Unported. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/> ou envie um pedido por carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os insubmissos que acreditam e lutam de forma visível e invisível em prol da verdade e da liberdade.

Aos que vivem a embriaguez da dúvida e abraçam o desconforto do desconhecido como a resposta fundamental da compreensão do outro e de si mesmo. Aos que lutam contra e para si mesmos.

Aos meus companheiros jornalistas que não conseguiram se adaptar à profissão, e que mesmo assim, lutam para encontrar o sentido inspirador de que tanto procuram.

Aos heróis de todos os dias. Pessoas simples e guerreiras nas batalhas infinitas que suas palavras, atos e vidas sugerem. A todos aqueles que preferiram a incerteza e não a comodidade de suas próprias vidas. Aos que brindam ao destino e ao vento traiçoeiro.

Aos anônimos inconformados de todos os cantos. Homens e mulheres de todas as cores e raças.

Aos que incansavelmente procuram.

Aos que não se deixam pacificar jamais.

Sumário

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	3
Abstract.....	3
Introdução.....	1
1.O jornalismo investigativo.....	3
1.1. O muckraking de 1870.....	3
1.2. A década de 50 do século XX e a crise do muckraking.....	5
1.3. As mudanças dos anos 60 e 70 do séc. XX.....	7
1.4. Os anos 80 e 90 do séc. XX.....	8
1.5. Tecnologias para a comunicação e investigação.....	10
2.O Estado na era da informação: tecnologia e política indissociáveis.....	13
2.1. Comunicação, mercado e política.....	15
2.2. eGovernment, Estado e Segurança.....	19
2.3. Controle de território virtual, fronteiras e força coerciva.....	20
2.4. Governança da Internet.....	23
2.5. Uma rede regrada.....	26
3.Wikileaks: Contextualização Histórica.....	30
3.1. Criação do Wikileaks e as primeiras publicações.....	31
3.2. Mudanças estratégicas.....	33
3.3. Notoriedade pública e dificuldades financeiras.....	34
3.4. Guerra aos Estados Unidos.....	35
3.5. Bloqueio bancário e atual crise.....	36
4.Metodologia.....	38
4.1. Descrição do Corpus de análise.....	40
4.2. Trajeto temático.....	41
5.Resultados e Discussão.....	44
5.1. A relação com o jornalismo.....	46
5.2. As redes de poder e a busca pela explicitação da verdade.....	50
6.Conclusão.....	56
Referências bibliográficas.....	59
Anexo.....	63
Tabela 1: Densidade de termos – What is Wikileaks?.....	63
Tabela 2: Tabela : Cobertura dos media sobre o caso CableGate	64
Figura 1: Gráficos do conjunto de dados do CableGate.....	65

Agradecimentos

Agradeço primeiramente às forças reguladoras do universo pela boa saúde física e mental a mim concedida afim de continuar trabalhando em prol de objetivos maiores. Agradeço ainda a grande mãe terra por me permitir o suprimento de todas energias que necessito para continuar lutando pela minha própria vida e assim, tentar também lutar pela melhoria da vida de outros. Aos bons espíritos, amigos e antepassados que têm guiado meus paços durante esta caminhada em busca da sabedoria, do aperfeiçoamento dos saberes e da elevação cósmica.

Aos meus pais por me concederem o privilégio da vida neste mundo. Por me ensinarem a amar e lutar pelo que acredito com persistência e paciência. Ao grande professor e mestre Nilton José dos Reis Rocha, por ter me mostrado um caminho lúcido em meio a escuridão perversa que a prática da comunicação social muitas vezes sugere. Por me ensinar a encorajadora e complexa luta dos saberes.

Ao coletivo Magnífica Mundi, projeto a qual tenho me dedicado por tantos anos com tanto carinho. Agradeço por me ter propiciado momentos inesquecíveis e por provar que um mundo mais fraterno é possível. Também ao meu companheiro de luta, Cloves Henrique Rocha, o *Coalhada*, por me despertar para a prática subversiva e libertadora da tecnologia envolvida nos meios de comunicação. A Renato Cirino, Ícaro Batista e Arthur Felício por compartilharem comigo os saberes e experimentos da comunicação e do audiovisual. Por me recordarem sempre o bom valor da amizade. Também a Marcus Vinícios Barreto e Antônio Cruvinel Caixeta pelo companheirismo e amizade cujas distâncias não conseguem afastar. Às minhas queridas irmãs Graziela Freire Vieira e Ana Elisa Freire Vieira pelo carinho e compreensão.

Aos professores Maria Manuel Borges e Mario Bernardes pela paciência e dedicação ao meu trabalho, por me mostrarem o que é a ciência e por possibilitarem meu crescimento intelectual com humildade e persistência.

À Natália Čechová por tornar a minha primavera mais florida do que nunca. Por trazer a fraternidade apaixonante de volta aos meus pensamentos. Por colorir ainda mais a minha alma, por embriagar meu coração nos sentimentos mais doces, por me fazer um homem muito feliz e por me ensinar que a vida é um caminho a ser percorrido e não um fim a que se deve chegar.

Ao povo português por me acolher nessa terra de mistérios e descobertas. Em especial a Diana Cortêz, Diogo Sanches, Pedro Lopes, Orlando Rogério dos Reis, Ana Margarida Rosmaninho Morgado Dias, e João Carlos Rosado, um grande amigo e companheiro. Às polonesas Beata Ciechomska, Kamila Mentel e Dorota Piotrowska. Aos brasileiros Carlos Henrique Viana, Heliana Bibas e Tiago Bibas por todo o cuidado e atenção a mim dispensados.

Também à todas as outras pessoas que não estão aqui descritas, mas que de algum modo auxiliaram em minha jornada.

A todos os militantes que lutam pela democratização dos meios de comunicação e informação

Resumo

Nesse trabalho, foram analisados os contextos sociais das tecnologias da comunicação e informação na área do jornalismo investigativo. O objetivo é compreender de que maneira as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) afetam o jornalismo investigativo através da análise da criação do Wikileaks para entender os reais antecedentes políticos e técnicos no processo de obtenção e publicação das informações pela organização. Assim, a abordagem histórica acerca dos fenômenos político e técnico da humanidade tornam-se elementos fundamentais para esse estudo. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica com o intuito de criar uma perspectiva histórica do jornalismo investigativo e dos processos de mudança da comunicação ao longo dos anos. A partir dessa perspectiva histórica, foi realizada também uma análise do discurso institucional da organização usando o software SEOquake, *Search Engine Optimization* (SEO). Os resultados das análises começam a partir da interpretação das afirmações feitas pelo Wikileaks de que estariam criando um novo modelo de jornalismo investigativo que não se prende a lógica de mercado e que objetiva a explicitação da verdade num modelo de produção distribuída antes pouco aplicada no jornalismo. Conclui-se assim que o Wikileaks ao contrário do que afirmava, não criou esse novo modelo de jornalismo, mas fomentou algumas mudanças que provavelmente no futuro possam vir a ser significativas para o jornalismo; o Wikileaks é a consequência de uma antiga tradição de denúncias jornalísticas surgida em 1870 nos Estados Unidos (*muckraking*); Conclui-se ainda que a verdade sob a ótica do Wikileaks possui um forte significado político onde se exclui a retórica do profissional jornalista para acrescentar a interpretação do público sobre as fontes de informação disponibilizadas. Uma outra conclusão aponta que o uso de tecnologias como a Internet possibilitou o surgimento de redes de poder que lutam entre si pelo exercício legítimo de sua autonomia. Para o Wikileaks, a explicitação da verdade é um dos pontos fundamentais para essa autonomia.

Palavras-chave: jornalismo investigativo, Wikileaks, comunicação, política, cibercultura

Abstract

In this study, the social contexts of information and communication technologies in the field of investigative journalism was analyzed. The goal was to understand how new communication technologies affect investigative journalism for the purpose to examine the creation of Wikileaks and the real political and technical background of the process of obtaining and publishing information for this particular organization. The historical approach is regarding the political and technical phenomena of humanity which became the key elements in this master thesis. The methodology used in this study consisted of the bibliographic research with the aim of creating a historical perspective of investigative journalism and the change of the communication processes over the years. As following, an analysis of the institutional discourse of the organization Wikileaks was performed, using the Search Engine Optimization (SEO) software - SEOquake. The analysis starts from the interpretation of statements made by Wikileaks that the organization has created a new model of investigative journalism which does not rely on a market logic but stands on the explanation of the objective truth in a distributed model, scarcely used in journalism in the past. It was concluded, that on the contrary to what Wikileaks claimed, the organization did not create a new model of journalism, but started a process that probably incentivised changes which may be significant for the whole field of journalism in the future. Wikileaks is the result of a traditional journalistic leak arising in the United States in 1870 (*muckraking*) as the truth from the perspective of Wikileaks has a strong political meaning where the rhetoric of the professional journalist is excluded to bring the added value of public interpretation of the information sources. Additionally, it had been concluded that the use of technology like the Internet has enabled the raise of “power networks” which are confronting with each other for the legitimate exercise of their autonomy. For the analysed subject – the Wikileaks, the clarification of truth is one of the key points for this autonomy.

Keywords: investigative journalism, Wikileaks, communication, politics, cyberculture

Introdução

O objetivo desta dissertação é compreender de que maneira as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) afetam o jornalismo investigativo através da análise da criação do Wikileaks para entender os reais antecedentes políticos e técnicos no processo de obtenção e publicação das informações pela organização. A democracia tem passado por grandes transformações desde a expansão das redes telemáticas, da popularização do microcomputador pessoal e da Internet a partir das décadas de 60 e 80. Portanto, o estudo desses processos de mudança são imprescindíveis para a compreensão do atual modelo de sociedade global permeadas pelos processos de evolução da comunicação e da consequente crise nas relações políticas clássicas. Através dos impactos causados pelas tecnologias da informação, o jornalismo investigativo atual parece acompanhar as mudanças globais através da reconstrução de seus aspectos teóricos influenciados pelas novas possibilidades interativas da comunicação.

O estudo histórico do jornalismo investigativo bem como a compreensão dos aspectos culturais e tecnológicos oriundos das ciências cibernéticas a partir da década de 70, são os temas centrais do primeiro capítulo. A cibercultura é portanto, responsável por popularizar o ambiente de troca de informações entre redes telemáticas e consequentemente por trazer novos horizontes para os produtos midiáticos. Os conceitos de técnica e tecnologia também fazem parte dos estudos deste trabalho. A história da evolução da técnica humana e das características culturais do período moderno ajudam a compreender o impacto das tecnologias nas sociedades ao longo da história.

Ao estudar o longo caminho percorrido pelo jornalismo investigativo desde 1870, entendemos que a corrupção e o abuso de poder motivaram o aumento da presença das denúncias no jornal. Posteriormente, o ato de denunciar acaba se transformando em um gênero jornalístico denominado *muckraking*, que influenciará fortemente as próximas gerações de jornalistas até os anos 50 do século passado. Este gênero de jornalismo é o primeiro elemento chave para a compreensão do Wikileaks e de sua postura política. Entende-se que o *muckraking* padronizou os primeiros modelos de escrita para o jornalismo investigativo e consolidou-se enquanto uma tradição de escrita em que o jornal encontra-se fortemente associado a cidadania.

Em termos tecnológicos, a primeira geração de tecnologias do século XIX e a segunda geração no século XX foram muito importantes para o jornalismo investigativo. Elas tornaram possível outras possibilidades comunicativas além da mídia impressa e abriram caminho para a cultura digital posterior. A portabilidade e a conectividade foram as principais funcionalidades que acarretaram essa mudança tratada mais detalhadamente no segundo capítulo deste trabalho onde serão analisadas os aspectos sociais e políticas causadas pela comunicação: a portabilidade das mídias potencializou as capacidades interativas e comunicativas das sociedades, criou outras demandas de consumo para o mercado da comunicação social e mudou a política em consequência

de fatores como a desterritorialização dos espaços e dos conhecimentos. Isso gerou uma consequente crise dos aspectos constitutivos dos Estados além do surgimento de novas regras e protocolos de interação e convívio social em rede.

O estudo dos processos de mudança dos Estados serão essenciais para o terceiro e também para a discussão dos resultados no quinto capítulo onde os conflitos de interesse entre as redes de poder são estudados, o que nos leva a concluir que o Wikileaks surge num momento histórico em que a explicitação de determinados conflitos no ciberespaço tornam-se ainda mais evidentes. Isso irá trazer outras perspectivas para o jornalismo investigativo. Nesse sentido, o ápice e o posterior declínio o Wikileaks nos leva a entender que o grupo propõe de fato um conjunto de mudanças tanto para o jornalismo quanto para a política de transparência das informações dos Estados.

Após o fenômeno da desterritorialização dos saberes causado pelas redes globais de informação, os Estados encontram novos problemas em legitimar seu poder regulador nas sociedades da informação, gerando assim, novos conflitos as redes de poder no ciberespaço. Essas redes de poder por sua vez são consequências de um gradativo processo evolutivo das tecnologias de comunicação e informação que parecem desafiar os segredos de Estado ao fazerem da denúncia jornalística a sua principal bandeira de luta em favor do processo de abertura política e total transparência nas questões diplomáticas dos diferentes governos.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu, por um lado, na identificação da bibliografia relevante e, por outro lado, na análise do discurso. Essas metodologias estão pormenorizadas no capítulo quatro onde estão descritos o plano de leituras, o trajeto temático e o corpus de análise do texto.

O ativismo político na Internet tomou outras dimensões antes não imaginadas. Com o encurtamento das distâncias e a virtualização dos Estados, as tecnologias de comunicação e informação passaram influenciar também a maneira pela qual a política é aplicada na prática dentro e fora do ciberespaço. Nesse sentido, os veículos de comunicação acabaram transformando-se devido as possibilidades interativas trazidas pelas mídias portáteis e pela troca facilitada de informações na Internet. Essas mudanças transformaram ainda a relação estabelecida entre o público e os meios de comunicação, criaram outras demandas de consumo e alteraram os mercados da indústria cultural e do entretenimento. O Wikileaks pode ser encarado como um exemplo prático desse processo na medida em que critica a essência do jornalismo e propõe um outro modelo de mídia baseado numa aposta colaborativa.

1. O jornalismo investigativo

Compreender a evolução do jornalismo investigativo através da história é o primeiro passo para compreender como as Tecnologias da Informação Comunicação(TIC) mudaram a maneira de se fazer jornalismo investigativo. A relação entre investigação denúncia e jornal data desde os processos técnicos de construção da notícia jornalística, o que acabou por conferir ao jornalista uma função de “porteiro”¹ da informação, ou seja, de alguém que seria capaz de selecionar os fatos, organizá-los e publicá-los da melhor maneira possível² para o público. Esse imaginário “seletor” em torno do papel do jornalista irá marcar profundamente a atividade do jornalismo investigativo mais visivelmente a partir dos anos 50 nos Estados Unidos sob o contexto da comunicação de massa.

O processo evolutivo do jornalismo investigativo dessa época advém de uma herança do uso das práticas de denúncia pelos jornais do período colonial americano onde a corrupção aumentava gradativamente a partir das primeiras administrações políticas da Inglaterra no continente. O jornalismo investigativo americano seria portanto, uma consequência de uma tradição de denúncias impulsionadas pela corrupção e pelo abuso de poder³ a partir das publicações jornalísticas de 1870.

This most recent revival of investigative journalism, which began in the late 1950s, grew from a historically grounded journalistic tradition of exposure that dates to the colonial era in America and undulates through the decades, always present but at differing strengths. “Exposure in the press was soon an essential part of a process that all knew must continue for as long as there was a United States,” journalist Pete Hamill points out. “After the Civil War, the cycles were established: corruption, then exposure, then reform, followed by a slow drift back into corruption.” (Aucoin, 2006:18)

1.1. O *muckraking* de 1870

Dessa forma, compreendemos que a gênese da investigação jornalística varia de acordo com a trajetória da prática da comunicação social de diferentes nações. No caso americano, muitos autores afirmam que o surgimento da tradição *muckraking*⁴ em meados de 1870 foi o verdadeiro

1 Expressão referida ao termo em inglês *gatekeeper*.

2 Nesse sentido, compreender a teoria do *Gatekeeping*. Uma das primeiras teorias que procuraram compreender como os jornalistas escolhiam suas informações (Jorgensen & Hanitzsch et al., 2008:73).

3 Alguns autores acreditam que o jornalismo investigativo depois da década de 70 começou a entrar em crise porque essas antigas tradições das práticas do jornalismo se perderam (Aucoin, 2006:5). Essa crise, culminou na criação de uma nova categoria de jornalismo investigativo chamada *serious investigative journalism*. A intenção do termo seria criar uma distinção entre o “jornalismo investigativo de qualidade” e o jornalismo sensacionalista banal que passava a ganhar cada vez mais espaço no mercado. Segundo alguns autores, o mercado seria portanto, um dos responsáveis por influenciar negativamente o jornalismo investigativo. Um outro possível fator para a queda da qualidade seria a diminuição dos estudos acerca desta modalidade de jornalismo na década de 60.

4 Em jornalismo, o termo *muckraking* é utilizado para classificar um tipo específico de investigação jornalística que contém claramente um discurso ideológico (geralmente de esquerda) com o objetivo de causar um determinado impacto chamando a atenção do público para questões como o respeito aos direitos humanos, as problemáticas em torno do abuso

responsável por criar de fato o gênero investigativo no jornalismo, consolidando a sua prática para os anos seguintes.

Some journalism historians trace the roots of the modern investigative journalist to America's late seventeenth and early eighteenth centuries, when Benjamin Harris and James Franklin exposed the faults of Boston officials. Other historians trace the practice's roots to the great muckrakers who worked at the turn of the twentieth century. Still others insist that modern investigative reporters are a breed that evolved from the past but who are different from reporters of the past—they are linked to the muckraking (...) of their journalistic generation, but today's reporters don't have the crusading advocacy central to the muckrakers of the Progressive era. (Aucoin, 2006:5)

O *muckraking* ao mesmo tempo institucionalizava as práticas da denúncia jornalística e sugeria uma nova função do jornalismo para com a sociedade. Essa prática sugeria um modelo de jornalismo mais cívico⁵, ou seja, o propósito do jornal de investigação ultrapassava o mero objetivo de informar para assumir uma postura de conscientização e educação da população americana acerca dos direitos civis através da exposição dos casos de abuso de poder, corrupção, competição desonesta dos mercados e outros. Os anos de 1870 e 1871 ficaram marcados na história americana como os anos do surgimento da primeira e talvez mais significativa era jornalística a partir do surgimento da noção “responsável” que o jornalismo adquiria. Autores como Joseph Pulitzer⁶, George Jones e Charles Dana foram reconhecidos como as principais personalidades dessa mudança.

A prática do *muckraking* foi responsável por criar um imaginário positivista em torno do ambiente do jornal que, a cada vez mais, exigia dos profissionais melhorias nas técnicas de escrita e de comprovação dos fatos. O jornal passou a ser encarado como um ambiente de discussão dos direitos humanos e um novo mercado consumidor desse tipo de produto acabara por ser criado. Também é nessa época que o jornalismo aproxima-se da apreciação da racionalidade científica nas reportagens e notícias porque desde já, havia uma necessidade crescente em comprovar os fatos aos leitores de maneira mais sincrética e fidedigna. A opinião do cientista na comprovação dos fatos tornou-se um dos primeiros elementos utilizados para diferenciar o jornalismo investigativo de qualidade do sensacionalista, que também crescia com a mesma velocidade e força (Aucoin, 2006:28).

A publicação de grande quantidade de dados passou a tornar-se popular a partir de 1894 quando o jornalismo investigativo ultrapassou o limitado espaço das páginas do jornal e conquistou os livros. A partir daí, uma nova geração de *muckraking* havia nascido. Gráficos, desenhos e representações que simulassem os fatos investigados também passaram a ser muito utilizados e as reportagens investigativas que tornavam-se cada vez mais complexas. Muitos

de poder, corrupção e etc. O termo também remete para um tipo de jornalismo investigativo que trata acerca de temas mais genéricos como por exemplo “indústria da agricultura”, “patente” ou “mercado negro”. O principal objetivo do *muckraking* seria o de fazer com que o jornal cumpra um papel fundamentalmente democrático e social. Esse estilo também ficou conhecido como *watchdog journalism*.

5 *Citizen Journalism*. Também conhecido como “jornalismo de rua”, “jornalismo democrático”.

6 O “prêmio Pulitzer” é uma homenagem a esse momento do jornalismo.

jornalistas dessa época também eram líderes de associações, cooperativas, advogados, juízes, e líderes populares.

Os anos mais importantes para o *muckraking* e o jornalismo investigativo ocorreram durante o período de 1903 a 1912 com o uso de tecnologias de impressão em larga escala por parte dos jornais além da popularização das revistas de jornalismo especializado. Uma outra técnica incorporada nas matérias investigativas desse momento foi a publicação de fotos da face das vítimas envolvidas nos casos publicados. Nessa época, o jornalismo independente também nascia e ganha grande aceitação pelo público que via na prática independente uma maneira de evitar os mercados de informação infestados de opiniões tendenciosas por parte dos partidos e empresários. (Wahl-Jorgensen e Hanitzsch, 2008:21).

1.2. A década de 50 do século XX e a crise do *muckraking*

A crise do *muckraking* veio a partir de 1917. Com a entrada dos Estados Unidos na I Guerra Mundial, o mercado midiático americano não tinha mais tanto interesse em investir em jornalistas especializados em escandalizar a vida de empresários e políticos que nesse momento já mantinham uma tradição em sustentar financeiramente os jornais. Em tempos de guerra, divulgar informações acerca dos episódios recentes das batalhas americanas vendiam muito mais do que qualquer investigação jornalística e a opinião pública esqueceu-se rapidamente das notícias de denúncias acerca de injustiças e abusos locais para centrar-se apenas nos resultados trazidos pela guerra e na política internacional. A crise do *muckraking* perdurou até os anos 50, culminando finalmente na divisão do jornalismo investigativo em dois estilos.

Investigative work between 1917 and 1950 split into two camps: one continuing the muckraking zeal for reform, pushed by an ideological bent that bordered on socialism; the other evolving into an objective, mainstream version recognizable by today's standards. Newspapers picked up some of the slack left by the demise of muckraking magazines, and some writers extended the tradition of exposure journalism by adding literary quality to exposure reports. (Aucoin, 2006:33).

O *muckraking* não havia morrido, mas o modelo de jornalismo investigativo como hoje conhecemos havia nascido e ganhava cada vez mais força entre as redações jornalísticas. A investigação a partir desse momento de crise não mais tinha como objetivo a educação ou a conscientização sócio política dos cidadãos senão o simples ato de informar. Apesar de seguir as mesmas técnicas do *muckraking* ao buscar comprovar os fatos, o novo modelo de investigação passava a obedecer a uma nova noção de imparcialidade e “padrão” jornalístico. O jornalismo investigativo passou a ser usado não apenas com um fim a ser apreciado, mas sim como um meio de se comprovar aquilo que estava escrito. As técnicas de investigação também generalizaram-se e passaram a ser adotadas pelo padrão de qualidade em todas as áreas do jornalismo. Muitos veículos deixaram de classificar o jornalismo investigativo como uma técnica especializada.

Objectivity, or “straight reporting” — as practiced in the news media — demanded that reporters and editors not only excise personal opinions but also exclude evaluative statements about the institutional pronouncements and policies, unless the reporter was quoting a source of equal status. To do otherwise was considered unprofessional in most newsrooms. Straight-news conventions became “frozen patterns,” and were “the absolute commandment of most mass media journalism,” journalist Douglass Cater wrote. (Aucoin, 2006:45)

A investigação passava a ser mais objetiva e não mais continha um excesso de dados e detalhes acerca dos temas. Teve de ser adaptada aos tempos modernos em que o público começava a não ter mais tempo para ler os jornais. Histórias curtas de jornalismo investigativo surgiram e tornavam-se cada vez mais populares nos jornais que buscavam condensar o conteúdo das notícias e reportagens para atender a uma necessidade crescente da sociedade pelo consumo rápido de informação⁷. Apesar da comunicação de massa e do *broadcasting* a partir de 1912 terem transformado a comunicação e o jornalismo convencional, elas não significaram tanto para o jornalismo investigativo de qualidade: até então o mercado das mídias de massa não comportava a quantidade de dados que o jornalismo investigativo necessitava e nesse momento apenas histórias curtas conseguiam ter o seu lugar junto as programações. Como veremos mais a frente, esse cenário será mudado com o surgimento das tecnologias portáteis de gravação e reprodução de informações.

Posteriormente a crítica sobre a cultura do consumo marcaria as próximas gerações de jornalistas e a prática investigativa ganharia mais uma vez uma força renovada. Influenciados pelos aspectos culturais críticos da pós-modernidade nos anos 60, os novos jornalistas passaram a ver a instituição do jornal como um instrumento de emancipação das mudanças políticas que aconteciam na América. Enquanto a investigação nos anos 50 centrou-se em vender informação sob a ótica crítica dos governos ao discernir objetivamente o que era “bom” do “mau”, os anos 60 centravam-se em adaptar essa prática vigente (objetiva, imparcial e etc) com um pouco daquilo que o *muckraking* havia deixado antes de sua crise em 1917. Até os anos 70, o jornalismo mais uma vez adquiriria um aspecto educacional e político tanto para o lado conservador quanto para o lado mais radical.

In addition, influenced by rebellious social and cultural changes, many younger journalists viewed the press as an institution for social change. According to research by John Johnstone and his colleagues, reporters saw the press’s responsibilities to include being an investigator, a watchdog on government, an interpreter of the news, and an educator (Aucoin, 2006:48)

7 Um exemplo interessante é o modelo da pirâmide invertida. Técnica de escrita jornalística surgida em 1935 cujo objetivo é tornar o texto mais direto e conciso para o leitor. Segundo essa técnica, o texto deve conter em seu primeiro parágrafo a resposta para algumas perguntas referentes ao tema da notícia ou reportagem (O que?, Quem?, Quando?, Onde?, Como?, Porque?). Em seguida, o texto deve conter informações importantes para a compreensão das informações referentes as perguntas anteriormente respondidas. Por último, e menos importante, outros detalhes e curiosidades sobre o tema devem ser constados.

1.3. As mudanças dos anos 60 e 70 do séc. XX

De maneira geral os anos 60 representou um salto qualitativo para o jornalismo em todas as suas especialidades. Isso porque o conhecimento e as potencialidades críticas dos jornalistas aumentaram, já que a indústria midiática deve de adaptar-se as mudanças políticas da época. Dos anos 30 até o final dos anos 50, os jornalistas tinham muito pouca ou senão nenhuma educação, péssimas condições de trabalho e recebiam salários baixos. Já em 1978, grande parte dos correspondentes americanos em empresas como o *Washington Post* possuíam pelo menos o título de licenciatura em alguma área do conhecimento, dispunham de melhores condições de trabalho e maiores salários. É também nesse período que aconteceram as primeiras produções jornalísticas com o auxílio do micro computador pessoal e de outras tecnologias portáteis de gravação e reprodução em áudio e vídeo.

During the 1950s, reporters who strongly held a belief that the press was the watchdog of government and its role was to protect the public felt stymied by institutional and managerial restraints and rarely conducted aggressive and investigative reporting. During the 1960s, though, institutional barriers began to break down as a new generation of publishers took over newspapers and magazines, and reporters in the field argued that their professionalism, with its strong insistence on social responsibility and objectivity, gave them the authority to control the content of their stories. (Aucoin, 2006:48-49)

A relação entre o jornalismo investigativo e a política já mostrava traços da influência crítica da pós-modernidade. O caso *Watergate* talvez tenha sido o mais importante deles pois foi capaz de demonstrar como o jornalismo investigativo poderia transformar completamente o cenário político a partir do momento em que o então presidente americano Richard Nixon renunciou ao cargo em 1974. Os anos 60 e 70 revitalizaram o jornalismo investigativo tornando-o mais uma vez interessante para a indústria midiática, que dessa vez procurava atender a uma demanda crítica de consumo marcada pelos movimentos políticos de luta pelos direitos civis, igualdades de gênero e tantos outros.

Algumas publicações da época acabaram criando uma espécie de *muckraking underground* e extremista do jornalismo influenciado pelos movimentos sociais da época. Esse tipo de prática fez com que o jornalismo investigativo se tornasse uma atividade cada vez mais arriscada para a vida do jornalista e cada vez mais “agressiva” do ponto de vista da privacidade do investigado. É nesse momento da história que as primeiras leis de proteção ao jornalista começam a ser criadas. Embora algumas leis como as de proteção ao direito de privacidade tivessem sido consolidadas apenas nos anos 80 e 90, os debates acerca dessas questões já existiam desde então.

The growing aggressiveness of the press during the 1960s and early 1970s and its use of anonymous sources to report on antiwar protesters, counterculture figures, and revolutionaries spawned a series of cases that challenged whether journalists had the right to withhold the identities of their secret sources, as well as to withhold notes, tapes, and other materials collected during the reporting process. While the Supreme Court has generally rejected absolute privilege, its decisions encouraged news reporters that their activities would be protected to a considerable degree. (Aucoin, 2006:71)

O jornalismo sempre foi uma profissão de risco. O risco da investigação em si existia desde a tradição do *muckraking*. Porém, a agressividade investigativa do jornalismo dessa época acabou gerando uma necessidade de criação de outros métodos de obtenção de dados e com isso, outros riscos vieram. Dessa forma, a relação entre o jornalista e suas fontes começam a sofrer algumas alterações a partir da década de 70. O uso de fontes anônimas passou a ser utilizada mais do que em nenhuma outra época e a preocupação pela segurança tanto do jornalista quanto da fonte estavam sempre presentes em debates sobre a liberdade de imprensa, liberdade de expressão e direitos humanos.

Esse momento histórico definiu técnicas e modelos de análise para o jornalismo⁸ (Aucoin, 2006:84). Deixou um vasto legado de estudos e a comunicação ganhou espaço nas discussões acerca da liberdade e da democracia. Pela primeira vez, não seria mais preciso aprender a prática do jornal apenas com a técnica individual e austera da escrita da notícia como acontecia nos anos 50. Escolas de jornalismo se formaram, estudos avançados e pesquisas surgiram. Novos padrões foram pensados através das inúmeras teorias e o jornalismo investigativo consolidou-se em um padrão teórico e prático:

In summary, the definition of investigative journalism that emerges from comments by investigative reporters and from examples of investigative stories has five distinct elements: 1) exposure of information 2) about an important public issue 3) that someone or some organization does not want reported 4) that is revealed through the original, time-consuming “digging” of the reporter 5) for the purpose of inspiring reform. (Aucoin, 2006:91)

1.4. Os anos 80 e 90 do séc. XX

A metodologia de pesquisa também fora definida durante este período e serviu como a base do estudo e da prática do jornalismo investigativo ao longo da história através das novas gerações dos anos 80 e 90. Muitas escolas e jornalistas conceituaram ainda nos anos 70⁹ a prática do jornalismo investigativo em alguns passos simples: “Conception; Feasibility study; Go/no-go decision; Planning and base-building; Original research; Reevaluation; Go/no-go decision; Key interviews; Final evaluation; Final go/no-go decision; Writing and publication” (Williams 1982:14).

Journalism has been around “since people recognized a need to share information about themselves with others” (Zelizer, 2004, p. 2). However, the study of journalism is a more recent phenomenon. There are several reasons why the study of journalism is a worthwhile endeavor for scholars. First, news shapes the way we see the world, ourselves and each other. It is the stories of journalists that construct and maintain our shared realities (cf. Carey, 1989). Because of this, news can become a singularly important form of social glue; our consumption of stories about current events large and small binds us together in an “imagined community” (Anderson, 1983) of co-readers. (Wahl-Jorgensen e Hanitzsch, 2009:3)

8 A maioria dos jornalistas não entravam em acordo sobre o que seria a prática e investigação e sua definição até hoje é um pouco variada. Em termos genéricos, jornalismo investigativo consiste em “the exposure of corruption, graft, and abuse of power” (Aucoin, 2006:86).

9 É importante lembrar que o surgimento de alguns órgãos marcam a racionalização e posterior padronização da prática do jornalismo investigativo vivida nesse momento. O *Investigative Reporter and Editors* (IRE) talvez seja o mais importante de todos eles pelo fato de ter sido uma das primeiras organizações do ramo a conseguir criar uma comunidade de interesses em torno do jornalismo investigativo que fosse suficientemente forte para proteger os jornalistas e suas fontes.

De maneira geral, os anos 80 e 90 seguiram os mesmos encaminhamentos teórico-práticos discutidos nos anos anteriores para o jornalismo investigativo. No entanto, é nesse período em que as primeiras consequências das perseguições contra os jornalistas começam de fato a ganhar uma certa notoriedade pública e a influenciar negativamente a prática da denúncia jornalística. Em 1983 algumas pesquisas revelaram que a imprensa deixava de investir na investigação de alguns casos por medo de retaliação por parte dos empresários, organizações e governos que ameaçavam jornalistas e suas fontes (Aucoin, 2006:70). É também nos anos 80 que a informática consolida-se como o mais novo instrumento de trabalho do jornalista, trazendo outras possibilidades para a investigação que mais uma vez sofria alterações teóricas e práticas. Muitos jornalistas já viam a potencialidade da Internet como um meio alternativo para a obtenção de dados. O computador pessoal já era um meio tido como “revolucionário” para o jornalismo e as primeiras redes de informação marcaram as denúncias dos jornais que já usavam os computadores para cruzar informações e obter determinados tipos de resultados de maneira mais rápida e eficiente¹⁰.

After the personal computer became widely available in the late 1980s, computer-assisted reporting became more accessible. By 1985, the trade press was reporting (...) that computers had become investigative tools and “journalists are crunching numbers to handle data-filled stories that they once considered too complex to tackle.” A year later, Time magazine reported that computers were “revolutionizing investigative reporting.” (Aucoin, 2006:196)

A tecnologia sempre foi um dos principais fatores das mudanças técnicas para a comunicação e conseqüentemente para o jornalismo. Com o uso do computador e suas posteriores melhorias de interface, a investigação a partir dos anos 90 teriam outras mudanças não apenas nos aspectos teóricos mas também práticos do jornalismo. A cibercultura¹¹, em crescimento desde a década de 60 já transformava a vida social e marcaria a partir dos anos 70, a história da comunicação social que a cada vez mais centrava-se em estudar os meios mais a fundo e não apenas as suas mensagens¹².

Podemos ainda observar a cibercultura em outras instâncias da vida comum das sociedades a partir da década de 70 (pós-modernidade)¹³, momento em que as sociedades questionam fortemente os valores da modernidade, através de um novo conceito de expansão global, de conexão, de padrão, de junção de saberes através das redes de informação criadas para conectar realidades, que pouco a pouco passavam a constituir-se como pontos indispensáveis em todos os níveis da comunicação humana (uso das redes telemáticas: Internet, telecomunicações e etc).

10 Redes de compartilhamento de informações surgiram e transformaram a maneira como os jornalistas comunicavam entre si. O Global Investigative Journalism Network é um exemplo atual importante.

11 A cibercultura, em termos simples, nada mais é do que uma conjuntura de aspectos culturais fortemente influenciados pelas ciências derivadas dos novos estudos da cibernética a partir da década de 70. Essa tendência cultural se fez em quase todas as áreas do conhecimento, influenciando não só cientistas como também artistas, filósofos, escritores, movimentos sociais e outros. A cibercultura pode ser vista então como um processo de mudança, de adaptação da cultura humana aos espaços criados pelas tecnologias (Lévy, 1999:247).

12 Nesse sentido, compreender o fenômeno do informacionalismo (Castells 2008:51).

13 Compreender o conceito de cibercidades (Cárceles, 2008) <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4188>

Concretizam-se as ideias de conexão entre tecnologias, além dos modelos “padronizados” de economia¹⁴ e de sociedades em rede. (Castells, 2008).

1.5. Tecnologias para a comunicação e investigação

Todas as tecnologias da comunicação e suas conseqüentes evoluções ao longo da história contribuíram para a investigação jornalística de alguma maneira, já que esta é uma conseqüência das transformações sociais e culturais das diferentes sociedades e da comunicação¹⁵ ao longo da história. Destacaram-se, no entanto, as tecnologias de acesso as informações e de processamento de dados. Publicar matérias investigativas significa publicar um conteúdo jornalístico mais detalhado, com maior quantidade de dados e informações em que o público possa debruçar-se com mais tempo. Sob esses requisitos, o meio impresso tornou-se talvez a primeira e mais significativa tecnologia de distribuição do jornalismo investigativo, já que significou até a primeira década do século XX, a única maneira de comportar uma quantidade maior de informação. A mudança do meio impresso para as mídias de massa como o rádio e a TV originaram gêneros mais curtos no jornalismo investigativo, onde as informações deveriam acompanhar um ritmo mais acelerado em uma linguagem mais simples de se assimilar.

Media historian James Baughman and Time editor Richard Clurman suggest that technology and new competition caused investigative journalism's emergence in the 1960s, particularly the rise of television as a news source. Many newspaper and magazine publishers saw investigative journalism as a way to counter the competition from television, which was unsuited to in-depth coverage of the news. But this explanation ignores the investigative tradition in the electronic media and fails to account for a meager amount of investigative journalism during the 1920s and 1930s, when radio challenged newspapers' dominance of the news business. (Aucoin, 2006:11)

Dessa forma, as tecnologias que trouxeram melhorias no acesso, armazenamento e análise de dados foram as mais significativas para a investigação a partir dos anos 20 porque mudaram os métodos de obtenção de informação e melhoraram o produto final a ser publicado. Um conjunto significativo dessas tecnologias descendem de um “boom” da comunicação iniciado no final do século XIX¹⁶, proporcionando posteriormente no século XX, o surgimento de novas tecnologias de processamento de informações e conversão de formatos. De maneira geral, destacam-se nesse

14 Refere-se ao fenômeno da globalização de uma maneira geral: fenômeno característico das atuais economias da informação. Também são característicos desse modelo global a criação de blocos econômicos (União Européia, MERCOSUL e outros); a padronização de leis de alfândega e troca de produtos e a interdependência dos mercados mundiais bem como suas políticas envolvidas (Castells 2008:141).

15 Compreender o contexto das sociedades da informação: “People who live in information societies not only encounter and ‘use’ information and communication technologies; rather, increasingly, their modes of action are enframed by these technologies. They are not so much tools as environments” (Holmes, 2005:2).

16 O século XX será marcado pela inter-relação dessas tecnologias, culminando no surgimento das tecnologias de comunicação de massa (rádio e TV) e redes telemáticas.

processo o telefone¹⁷, a fotografia e outras tecnologias portáteis de gravação de áudio a partir da década de 60.

The portable tape recorder, which appeared in economically available models during the mid- to late 1960s, allowed reporters to tape interviews without the awkward use of reel-to-reel, desktop players. The recordings improved accuracy and provided a verifiable record of an interview. They also made possible the taping of telephone calls and even surreptitious surveillance of conversations. While few discussions of journalism make mention of specific instances when a portable tape recorder was used and how that may have helped the reporter, their usefulness was touted in journalism texts and books on interviewing. (Aucoin, 2006:78)

Com o surgimento do microcomputador pessoal, a cultura do impresso é transformada e outras possibilidades de texto passam a surgir com o hipertexto (Lévy, 2003:34). Muitos autores tentaram explicar e compreender como se deu essa mudança. McLuhan foi talvez o primeiro deles, ao demonstrar como a eletricidade estaria transformando a humanidade em uma “aldeia global”, sujeita a transformações intensas, modificando para sempre a imprensa inventada por Guttemberg. Segundo McLuhan, as novas tecnologias para os media estariam promovendo um retorno à ampla difusão de ideias e de conhecimentos, bem como um resgate ancestral a oralidade.

O estudo de McLuhan é essencial para entender a transição técnica e tecnológica entre a comunicação da cultura impressa e da cultura digital. Para ele, o impresso difundido por Gutemberg, bastante característico da modernidade, singulariza e racionaliza o pensamento no sentido de trazer uma homogeneidade do conhecimento através de um único meio (impresso), o que ele chama de “narcose de sentidos”, ou seja, o fenômeno de causar várias sensações através de um mesmo sentido humano (no caso, a visão através da leitura). A leitura do impresso é uma leitura centralizadora, onde os conteúdos prendem-se em um único meio dominado apenas pelas significações das palavras. O ato de ler torna-se um ato solitário, desconectado, austero. As redes de computadores, por sua vez, parecem ir de encontro com esse pensamento e seriam responsáveis por gerar um efeito de “tribalização” da sociedade e de particularização dos saberes em diferentes meios que se conectam. Como consequência, fariam surgir a partir de então, novas formas de conhecimento não antes imaginados, através da reprodução perfeita de bens culturais sem custos e o encurtamento das distâncias na transmissão da informação.¹⁸

As redes de computadores fez com que a comunicação ficasse mais personalizada e específica. O *Personal Computer* (PC); individual, desconectado, austero, pensado primeiramente para um indivíduo racional e objetivo passa a ser substituído através das redes pelo *Collective Computer* (CC), ou seja, o computador de partilha conectado¹⁹ (Lemos 2002:71) que não apenas computa,

17 O telefone cumpriu também um papel muito importante para o estudo científico do jornalismo. Vários deles utilizaram o telefone nos anos 80 como principal ferramenta metodológica de análise.

18 Nesse sentido, compreender o jornalismo compartilhado sob a ótica dos bens comuns. <http://diplo.org.br/imprima1170>

19 Aqui o sentido da palavra “coletivo” não se refere à partilha de hardware, mas sim a partilha daquilo que antes, era meramente um bem individual (PC). Essa compreensão de uma “coletividade eletrônica” ou ainda de um “computador coletivo” é aqui referida em uma perspectiva conceitual da Aldeia Global trazida por McLuhan. O *Personal Computer*, assim como a cultura do impresso (livros, jornais, revistas), faz parte de uma tecnologia de individualismo que se lê (só), sem silêncio, para si. O “computador coletivo” seria portanto, a leitura coletiva resultante da partilha entre os sujeitos. Quanto mais se “lê” (aqui no sentido de absorção de conteúdos) online, mais se compartilha em coletivo.

mas também ocupa um espaço na vida em sociedade, transformando o que antes era individual e isolado em conectivo, plural, coletivo e compartilhado. O computador passa a ser um elemento da própria cultura. Uma “máquina cultural”, onde as pessoas podem trocar e armazenar conhecimentos e pensamentos. A cibernética e posteriormente as ciências da computação ganham espaço sob esse contexto de compartilhamento plural e expandem-se em outros saberes criados a partir de uma necessidade técnica bastante característica deste momento²⁰.

A influência transformadora da cibercultura para com a comunicação já podia ser observada nesse momento histórico sob as novas possibilidades que as redes computacionais de informação criavam ao longo dos anos. A tecnologia informática passa a crescer em paralelo com as tecnologias midiáticas, que absorvem várias características das redes. Destacam-se as tecnologias de transmissão de dados (ADSL)²¹ e protocolos de rede (TCP/IP)²².

O que chamamos de novas tecnologias de comunicação e informação surge a partir de 1975, com a fusão das telecomunicações analógicas com a informática, possibilitando a veiculação, sob um mesmo suporte – o computador -, de diversas formatações de mensagens. (Lemos 2002:68)

Conclui-se que a primeira geração de tecnologias do século XIX e a segunda geração no século XX significaram as principais transformações para o jornalismo investigativo, já que mudaram para sempre a mídia impressa, criando outras possibilidades de conteúdos textuais através da cultura digital. A portabilidade e a conectividade são consequências desse momento.

20 Aqui estão referidos a cibernética (1948), inteligência artificial (1956), teoria da auto-organização dos sistemas (década de 60), tecnologias de comunicação como o rádio e televisão (década de 20) e redes telemáticas (década de 50)

21 *Asymmetric Digital Subscriber Line*. Tecnologia de comunicação de rápida transmissão de dados através de linhas telefônicas.

22 *Transmission Control Protocol* (TCP) e *Internet Protocol* (IP). Conjunto de protocolos de comunicação utilizados na Internet e em redes similares.

2. O Estado na era da informação: tecnologia e política indissociáveis

Com a pós-modernidade, o advento da cibercultura e conseqüentemente da Internet e outras tecnologias²³, o governo teve a necessidade de ocupar novos²⁴ ambientes da linguagem política eletrônica, onde a socialização também acontecia, ou seja, precisou ocupar o ambiente caótico²⁵ de convivência social do ciberespaço (Lévy, 1999:111). Ambiente este em que a militância política coletiva dos movimentos sociais ganhava espaço a cada dia. Um meio *underground*²⁶ constituído em grande parte por práticas oriundas da cultura *cyberpunk*²⁷ em tecnologias agregadoras como mídias sociais, Chats, Fóruns e afins (Lemos 2002:195). Desde já, a Internet através da liberdade de troca de informações, possibilitava uma reorganização da interatividade política onde a máquina (o computador) servia não somente como ferramenta (meio), mas também como elemento constitutivo do todo (fim).

Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. (...) em um mundo de fluxo globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou constituída torna-se a fonte básica de significado social (Castells 2008:41)

A história dessa transformação acompanha a crítica pós-moderna que teve início a partir de um lento e gradativo processo histórico de crítica ao comportamento da sociedade tecnocrata principalmente após os anos 60 (Castells, 2008:66)²⁸. Essa crítica tornou-se ainda mais concreta após os fracassos da política mantida pela racionalidade instrumental²⁹ que perdurou sobre a

23 Termo oriundo da palavra grega *technikon* que, por sua vez, descende do termo *techné*, normalmente relacionado não apenas com as habilidades do homem criador, mas também da arte mental do mesmo. (Heidegger 1977:13)

24 O termo “novo” é muitas vezes associado a uma ideia positiva, progressista ou até mesmo revolucionária (Castells, 2008:6), no entanto, esse não é o caso. Ao ser empregado num contexto de discussão acerca da tecnologia, essa associação é ainda mais evidente (Kelly, 2008:11). Aqui, a compreensão do uso desse termo “novo”, é aplicado como um elemento delimitador das mudanças de relação entre utilizadores e consumidores estabelecidas entre as tecnologias midiáticas. Ou seja, o termo deve ser compreendido como a representação da postura ao mesmo tempo produtora e consumidora das pessoas frente às tecnologias da informação, o que entende-se por uma atitude advinda de um “público prossumidor” (produtor e consumidor ao mesmo tempo). Neste trabalho, o termo “novo” está ligado a ideia criadora e interativa trazida pela cibercultura, mais especificamente ao aspecto político dela. Algo poderia ser compreendido como “novo” se esse algo traz em sua essência tecnológica outros paradigmas políticos associados.

25 A dimensão do “universal sem totalidade”, proposto por Lévy, também pode ser compreendido como uma dimensão do caos, já que é incontrolável, sem mensuração, sem donos, limites ou fronteiras.

26 O termo *underground* representa genericamente as diversas contraculturas existentes. Normalmente essas contraculturas fazem parte de um conjunto de críticas à cultura “vigente” em determinada época ou contexto social.

27 O cyberpunk (ou ciberpunk) é um movimento cultural e político oriundo da cultura punk da década de 80 nos Estados Unidos. O cyberpunk prima por delimitar a computação e a Internet como território não empresarial, tecnocrata ou militar, mas sim de luta social e política (Lemos, 2002:105). Cumpriu um papel muito importante na popularização da Internet e é considerado uma forte influência para vários movimentos que surgiram posteriormente como o hacking, phreaking e muitos outros.

28 Neste sentido, compreender o início da vida política na Internet como uma resposta crítica ao modelo político vigente: surgimento *online* de coletivos partidários ou apartidários, discussões acerca da virtualização: surgimento dos primeiros socialismos na Internet. A virtualização nada mais é do que a transformação da realidade em um conjunto de possibilidades da entidade considerada (a árvore encontra-se virtualmente na semente, por exemplo)(Lévy, 17:2003).

29 A racionalidade instrumental nada mais é do que o uso da razão humana sob a ótica de que apenas ela (a razão) seria capaz de criar uma saída para a compreensão do próprio homem. Segundo essa lógica filosófica, a razão (geralmente

modernidade. O que houve de fato nesse período foi a incorporação da tecnologia como elemento político³⁰ a partir do momento em que a sociedade critica e nega sua própria estrutura tecnológica moderna: nega-se portanto, a tecnologia de usos meramente racionais, desmistificando utopias e acabando com a confiança cega que existia na ciência, para se incorporar uma outra que fosse “renascida, remodelada, libertadora e possivelmente mais democrática” (Castells, 2008:191).

Outros fatores contribuíram também para a constituição desse imaginário social acerca da necessidade dessa nova tecnologia transformadora ou libertadora. A grande maioria procura, como dito anteriormente, resolver os problemas políticos que os sonhos não realizados da modernidade trouxeram, como o surgimento de potências nucleares destrutivas, a deterioração do meio ambiente causada pela expansão científica e industrial desenfreada; desigualdades sociais, entre outros: consequências de utopias de futuro onde a tecnologia “podia tudo” e por isso, não deveria limitar sua expansão a nada.

O que a pós-modernidade fez de fato foi tentar propor um outro imaginário acerca da razão humana, algo que pudesse de maneira revolucionária e radical, vislumbrar possíveis transformações para o futuro que não tocassem em utopias passadas. Seria uma nova proposta política acerca do uso da técnica que pudesse resultar em uma maneira de fazer com que a humanidade se encontrasse de fato e dessa forma, se libertasse do modelo econômico exploratório ou da pobreza³¹. O aparato social que a cibercultura trouxe para a Internet advém dessa ideia. A Internet representa o sonho da pós-modernidade porque ela possui em sua essência o debate sobre elementos de personalização ou aproximação comunicativa da tecnologia. Dessa maneira, a ideia de utilização desse espaço enquanto um ambiente de luta política cresce e, conseqüentemente, a interação entre os indivíduos na fronteira eletrônica alcança um patamar cada vez mais “humano”, já que passam a existir outras racionalidades que buscam aproximar a tecnologia da subjetividade³².

epistemológica) seria o único instrumento capaz de melhorar a própria condição do homem em todos os aspectos de sua própria existência (política, social, e etc). Podemos citar o nazismo e o holocausto judeu como uma aplicação prática da racionalidade instrumental que horrorizou todo o mundo: ao matar judeus, Hitler criou uma indústria da morte, onde bens de consumos eram gerados a partir dos restos humanos em modelo de produção “fordista”. Nesse exemplo, vivenciamos uma maneira completamente racional e lógica na compreensão do valor da vida humana. A racionalidade instrumental marcou profundamente a modernidade porque esteve presente em praticamente todas as áreas da ciência elevando-a ao patamar que hoje ela ocupa na sociedade, no entanto também causou conseqüências terríveis como a exaurição dos recursos naturais, a criação de armas de destruição em massa, etc. Ela representa tudo aquilo que é criado pelo homem através de uma lógica racional duramente utilitária.

30 Observa-se que, tudo que descende da tecnologia está intimamente relacionado com a sociedade e conseqüentemente com a política. Portanto, essa “incorporação política” de que se fala não é atual. A tecnologia não determina as sociedades e nem mesmo a sociedade escreve o discurso da tecnologia. Isso porque “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (Castells 2008:43)

31 É interessante notar que a crítica pós-moderna sobre as utopias anteriores da modernidade consistem em propostas de novas utopias. São exemplos dessas novas utopias o movimento hippie e suas filosofias subsequentes.

32 A criação do computador pessoal (1970/1980) e dos subsequentes sistemas operacionais talvez seja o maior exemplo de mistura subjetiva entre a tecnologia e o homem. O sistema operacional consegue ao mesmo tempo, misturar a exatidão do sistema com a individualidade do usuário ao possibilitar a customização de ícones, atalhos, cores, imagens e etc.

2.1. Comunicação, mercado e política

Alguns anos mais tarde, após a maturação dessa ideia social utópica trazida pela pós-modernidade, verifica-se uma crise na expansão da indústria midiática.³³ Essa crise é ao mesmo tempo uma consequência do passado e um fator de mudanças para o presente, ou seja, ela auxiliou a consolidação das ideias que a pós modernidade criou na década de 60³⁴. O ciclo dessa crise de que falamos gira em torno da possibilidade interativa gerada pela Internet num ambiente de socialização que personalizou mais do que nunca a preferência de consumo, criando assim outros nichos de produção, compra e venda, o que forçou consequentemente a indústria do entretenimento a desenvolver produtos novos que atendiam ao comportamento daquilo que eles acreditavam ser um mercado consumidor insurgente oriundo da “sociedade do ócio” (Castells 2008:454). É interessante verificarmos no entanto, que esse “novo mercado” não absorveu a produção como deveria por vários motivos:

Há indicações de que, nos Estados Unidos, o tempo de lazer diminuiu 37% entre 1973 e 1994. Além disso, o tempo dedicado a mídia diminuiu na segunda metade dos anos 80: entre 1985 e 1990 o tempo total gasto com leitura e com TV e filmes baixou 45 horas por ano; (...) em outra estimativa, a audiência das transmissões de TV aberta e por cabo nos EUA atingiu o máximo de 20,4 horas por semana em 198, e caiu ligeiramente depois, até, pelo menos 1998. (Castells, 2008:454)

Uma conclusão breve sobre essa crise aponta para o crescimento de uma demanda cada vez mais complexa em relação à preferência do consumidor aos produtos midiáticos porque a crítica a esses produtos também aumentou. Uma consequência direta dessa complexidade é o surgimento de mercados de mídia cada vez mais específicos que surgiram a partir da década de 90³⁵. Curiosamente a política passou a preencher uma lacuna deixada pela indústria do entretenimento³⁶.

Uma das pesquisas mais completas sobre a demanda de multimídia, realizada por Charles Piller em amostra nacional de seiscentos adultos nos Estados Unidos, revelou interesse muito mais profundo pelo uso da multimídia para acesso à informação, questões comunitárias, envolvimento político e educação que para mais opções de programações e filmes. (Castells, 2008:455)

Como exemplo ilustrativo desse contexto, Manuel Castells narra uma outra pesquisa feita nos Estados Unidos envolvendo o consumo de conteúdos multimídia para o entretenimento onde foi

33 O exemplo mais significativa talvez seja o surgimento de tecnologias da comunicação a partir do século XIX, como o telégrafo elétrico (1837), o telefone (1875), o telégrafo por ondas hertzianas (1900), o cinema (1899), e outros. O século XX será marcado pela inter-relação dessas tecnologias, culminando no surgimento das tecnologias de comunicação de massa (rádio e TV) e redes telemáticas. Muitos autores tentaram explicar e compreender como se deu a extrema expansibilidade dos media sobre a sociedade. McLuhan foi talvez o primeiro deles, ao demonstrar como a eletricidade estaria transformando a humanidade em uma “aldeia global”, sujeita a transformações intensas, modificando para sempre a imprensa inventada por Guttemberg. Segundo McLuhan, as novas tecnologias para os media estariam promovendo um retorno à ampla difusão de ideias e de conhecimentos, bem como um resgate ancestral a oralidade.

34 Castells comenta em sua obra que talvez a causa real para essa crise ou mudança está relacionada com a maneira pela qual o fluxo de informação passou a circular. Segundo ele, o “conteúdo não acompanha a transformação tecnológica do sistema: a mensagem está evoluindo menos que o meio”. (Castells 2008:454)

35 Por exemplo o crescimento do mercado de canais fechados de TV com variada oferta de produtos “exclusivos” ou “específicos”: canais onde passam apenas filmes ou apenas entrevistas ou apenas documentários ou apenas científicos e etc.

36 Essa afirmação está baseada em contextos específicos de consumo segundo pesquisas feitas nos Estados Unidos na década de 90, como aponta Castells. (Castells 2008:455)

detectado um grande interesse dos consumidores pelas questões que envolviam a política em fatores onde a interação estava de alguma maneira relacionada.³⁷

Apenas 28% dos consumidores consideraram o vídeo sob demanda altamente desejável, e a falta de interesse em entretenimento também foi forte entre os usuários da Internet. Por outro lado, os usos políticos foram muito valorizados: 57% gostariam de participar de assembleias populares por via eletrônica; 46% queriam usar o correio eletrônico para enviar mensagens a seus deputados; e cerca de 50% valorizam o voto eletrônico. (Castells, 2008:455)

Uma explicação para essa mudança pode ser observada também sob a influência transformadora que a cibercultura teve para com a comunicação a partir de 1975 (Lemos 2002:68). A Internet já mostrava caminhos para uma outra proposta de comunicação que fosse mais interativa e participativa. O próprio desenvolvimento tecnológico da informática passa a acontecer em paralelo com as tecnologias midiáticas, que por sua vez influenciam mais uma vez o comportamento do consumidor.

Como dito anteriormente, no caso específico da comunicação, essas mudanças acontecem não apenas em nível de mercado, mas também a nível teórico e metodológico. As raízes da comunicação digital por exemplo, fazem parte não somente de um conjunto de técnicas características da própria comunicação ou de conceitos específicos dessa área, mas sim de uma interdependência tecnológica entre o desenvolvimento histórico da informática e da comunicação de massa, resultando em uma transformação radical das metodologias da comunicação³⁸. Para o sociólogo André Lemos, essa interdependência é ainda mais clara quando o mundo passa a ver o universo da computação como uma área de livre expressão criadora de sentidos da informação e que portanto, deveria ser passível de uma nova concepção de comunicação social em prol do exercício da política e conseqüentemente, para a cidadania. Assim, a computação, a Internet e a comunicação social evoluem de maneira conjunta.

A democratização dos microcomputadores vai trazer à tona a discussão sobre os desafios da informatização das sociedades contemporâneas, já que estes não devem só servir como máquinas de calcular e ordenar, mas também como ferramentas de criação, prazer e comunicação; como ferramentas de convívio. A microinformática, base da cibercultura, é fruto de uma apropriação social. (Lemos, 2002:106)

A Internet, após a sua abertura³⁹, também vai seguir essa tendência democrática e livre,

37 O Partido Pirata (*Pirate Party*) bem como seus movimentos sucessores como o movimento dos Piratas sem Fronteiras (Pirates without Borders) é um bom exemplo dessa nova maneira de sociativismo na política. Tratam-se de partidos que surgiram a partir da discussão acerca do direito autoral na Internet. Esses partidos já possuem extensões mundiais e em muitos países participam diretamente do processo eleitoral.

38 Algumas características importantes nessa mudança devem ser enumeradas: o surgimento de novas experiências textuais (hipertexto, e novos gêneros textuais); novas maneiras de representar o mundo (virtualização, multimídias interativas e etc); novas relações entre os usuários/consumidores e as tecnologias; novas experiências na inter-relação entre corpo, identidade e comunidade (encurtamento das distâncias pela Internet, surgimento organizações sociais virtuais, novos horizontes para a compreensão da natureza e do real); novos padrões de organização e produção (novos comportamentos interativos na cultura midiática, industrial, econômica, de acesso, de controle e etc); comunicações mediadas por computador (e-mail, chats, fóruns e outros); novas maneiras de distribuição e consumo (WWW, CD, DVD, Podcasts, P2P e etc); Realidades virtuais (surgimento de ambientes simulados e imersivos repletos de representações e simulacros). (Lister et al., 2009:13)

39 Cabe aqui uma explicação breve da história da Internet. A Internet como conhecemos é o resultado de uma união singular entre estratégia militar, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural. Surgiu a partir de um

assumindo, como característica essencial, a liberdade e a interatividade na transmissão de conteúdos e informações. A partir da criação dos primeiros protocolos de rede (TCP/UDP/IP) e da popularização do computador pessoal, começam a surgir atividades experimentais e criativas por parte do público produtor/consumidor de tecnologia. Pouco a pouco, a interação entre pessoas através das redes de conhecimento transformavam os caminhos da comunicação, antes pouco participativa.

Esta revolução digital implica, progressivamente, a passagem do *mass media* (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. Aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos). (Lemos, 2002:68)

Dessa forma, a necessidade de uma comunicação livre e mais participativa cresceu na ambientação técnica que a Internet criou após a sua abertura militar. A partir daí, a Internet seria um novo espaço de livre expressão popular e teria a liberdade como a sua principal característica expansiva. O surgimento de comunidades virtuais, de protocolos de compartilhamento de arquivos e de rede (HTTP, FTP, P2P e etc), talvez sejam os principais exemplos dessa nova necessidade de liberdade em expansão. Também podemos citar como exemplos o surgimento de MUDs, chats com uso de webcams e microfones, jogos em rede, plataformas de administração de conteúdos criados em *webpages*, servidores e tantos outros⁴⁰.

Em termos econômicos, a Internet também proporcionou mudanças em praticamente todos os setores do mercado: indústria, comércio, bens e serviços. O crescente mercado de produção de softwares, por exemplo, parece ter sido influenciado por essa interação livre das redes mais do que outros setores. É a altura em que surge o software livre e *open source*. Trata-se de novas concepções de mercado que surgem como consequência de um trabalho conjunto de diversos desenvolvedores que encontram na web o ambiente ideal para trocar ideias através de um modelo de distribuição mais aberto e irrestrito.

O caso do *open source* é um exemplo significativo porque demonstra as profundas mudanças que o mercado sofreu a partir da década de 80, período de crescente expansão da Internet. O *open source* não somente proporcionou o surgimento de uma cadeia infindável de software (GNU/Linux, por exemplo), mas também iniciou, através de seu manifesto, uma crítica ao modelo clássico de produção e distribuição de bens de consumo que não mais se encaixavam nas necessidades dos consumidores influenciados pela livre troca de informação. Pela primeira vez, o software garantia ao utilizador ou consumidor liberdades antes nunca vistas, possibilitando que

projeto militar da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (em inglês, ARPA), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Tinha como finalidade inicial, funcionar como um sistema de comunicação descentralizado e por isso, à prova de ataques nucleares. Em 1983, os militares abriram a rede para que outros cientistas (aqueles que até então não faziam parte do projeto inicial) pudessem usufruir de sua estrutura não somente para fins científicos, mas também como plataforma de partilha de informações pessoais. Assim, a infra-estrutura original (ARPANET) dividiu-se em ARPANET (com finalidades científicas) e MILNET (com finalidades militares). A ARPANET por sua vez popularizou-se através das universidades e após algumas décadas, evoluiu para o que conhecemos hoje por Internet.

40 É interessante ressaltar que o surgimento da primeira revista eletrônica só foi possível a partir da Internet. *ESD News*: revista eletrônica criada por Jonathan Kohl na *Dartmouth College*.

qualquer pessoa pudesse estudar o código fonte de qualquer software desenvolvido sob essa filosofia, alterá-lo, gerar novos produtos a partir do primeiro, etc.⁴¹

O exemplo do *open source* mostra o quanto a cibercultura aproximou a tecnologia da sociedade organizada. Ele não só trouxe uma nova ótica para o compartilhamento de informação na Internet, como também expandiu as fronteiras para a criação e participação de conteúdos informativos, que a cada dia dependia mais e mais de comunidades e pessoas que interagissem em prol de um bem comum (no caso do *open source*, o desenvolvimento de um software), fortalecendo ainda mais a ideia de comunidades produtoras. A partir da Internet, o produto de consumo também tornou-se interativo.

Assim, compreendemos que as necessidades do mercado mudaram porque o perfil do consumidor da informação também mudou graças às novas possibilidades de troca trazidas pela Internet: da mesma forma que o *open source* influenciava o mercado de software, a crescente produção de informação em modelo colaborativo de informação transformava o mercado de mídia através de críticas ao modelo clássico de jornalismo e de recepção midiática. Os consumidores passam a exigir mudanças significativas nos produtos da comunicação de massa sob o contexto de uma crescente liberdade de utilização das técnicas de produção comunicativa que pouco a pouco compunham o imaginário tecnológico⁴² (Kelly, 2008:73) de diferentes culturas. A maneira pela qual se transmite informação era cada vez mais associada a um modelo participativo⁴³.

(...) um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a interação global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (Castells, 2008:40)

Ao ampliar as fontes produtoras de comunicação, ou seja, na medida em que o público consumidor passa também a produzir comunicação, a necessidade de garantir a veracidade daquilo que é dito passa a ganhar cada vez mais força nas empresas de mídia, não por necessidade ética ou técnica, mas sim pela necessidade de criação de uma reserva de mercado. Dessa forma, o mercado procurou diferenciar o seu produto com a premissa de que existem grandes diferenças entre as informações “que você pode confiar” (informações produzidas pelos profissionais “bem capacitados” do mercado) das demais (produzidas pelos usuários comuns). Em suma, o mercado

41 O *open source* possui quatro liberdades básicas: utilização do software para qualquer propósito; possibilidade de estudar o código do programa e adaptá-lo para outras necessidades que o usuário possa vir a ter; livre distribuição; Aperfeiçoamento do código original e distribuição do mesmo de modo que outros utilizadores também possam se beneficiar sem restrições ao acesso.

42 Também inclui-se nesse contexto a compreensão da tecnologia como um elemento que se encontra personificado no imaginário. De maneira geral seria o “senso comum” sobre a tecnologia, como se a tecnologia fosse, um “outro” ser. Esta noção do imaginário tecnológico aqui colocado advém das teorias psicanalistas sobre “imaginário” de Jacques Lacan. Segundo Lacan, o “imaginário” não se trata de uma propriedade mental em fantasiar situações ou coisas, mas sim de representá-las. O imaginário portanto faz parte do reino imagético ou ideológico de tudo aquilo que nos cerca. Seriam portanto, as nossas ideias remetidas a determinadas situações, os instintos, etc. (Kelly, 2008:66 e 67)

43 Nesse sentido, compreender o surgimento de modelos de produção participativa oriundas do fenômeno da inteligência coletiva como por exemplo o *crowdsourcing* (modelo colaborativo de construção do conhecimento bastante usado em Wiki's) e *smart mob* (método organizacional bastante comum entre os movimentos sociais que através de tecnologias de comunicação como Internet e Smartphones, organizam protestos, trocam fotos e informações).

da informação também teve de adaptar-se ao novo contexto tecnológico. Porque o público que antes apenas consumia, agora passou a produzir⁴⁴.

A partir daí, entendemos que a interatividade trazida pela Internet possibilitou ainda outras maneiras de ocupação do ciberespaço, ocupações essas que estão direta ou indiretamente relacionadas com os princípios fundamentais dos movimentos políticos envolvidos, além de empresas e mercados. A Internet possibilitou ainda o surgimento de novos métodos de investigação da informação, outras maneiras de se buscar e armazenar determinados tipos de dados, além de plataformas de acesso ao conhecimento em si, que tornava-se cada vez mais fluido e descentralizado.

Dessa forma, sugere-se que exista de fato uma importante relação transformadora da tecnologia para com a mídia e conseqüentemente para com a política. Essa relação de mudanças interligadas ilustram parte de um novo horizonte para a democracia onde o público, munido de uma capacidade interativa propiciada pela tecnologia, procura participar da política de maneira mais direta e incisiva, “forçando” o Estado a adaptar-se fazendo com que ele ocupe também o ambiente do ciberespaço.

2.2. eGovernment, Estado e Segurança

Um reflexo dessa relação da tecnologia, da mídia e da política no âmbito dos governos está na criação do Governo eletrônico (*eGovernment*), isto é, o conjunto de mudanças na maneira pela qual o Estado interage com seus cidadãos. Estão incluídos como pontos dessa mudança, tecnologias que agilizam e facilitam o contato direto do cidadão para com o governo. Essas tecnologias interativas vão desde pequenas mudanças no sistema de cobrança de impostos, serviços de registro ou cadastros on-line, até funcionalidades mais profundas e significativas como o voto eletrônico. Também estão incluídas nesse conjunto de mudanças a identificação pessoal digital; cartões contendo informações eletrônicas criptografadas em chip's, faixas magnéticas e etc.

Mas o *eGovernment* trouxe ainda outras utopias para a política que, por sua vez, também serão criticadas: a interatividade enquanto ponto de encontro de fluxos da informação trouxe para o debate democrático a problemática da liberdade eletrônica⁴⁵. É evidente que o papel interativo do *eGovernment* trouxe melhorias singulares para a democracia, já que aproxima a vida política às pessoas, transformando a maneira pela qual os cidadãos participam das decisões do Estado. No entanto, em termos conceituais, o *eGovernment* de fato não mudou a natureza do Estado, mas sim

44 Mais à frente, durante a análise do Wikileaks, falaremos um pouco mais sobre a relação que os novos modelos de jornalismo possuem para com os modelos clássicos. Mais informações em <http://www.wikileaks.org>

45 Existe uma grande discussão sobre o assunto: a questão da liberdade sem a medida reguladora do controle é aqui colocada diante da fronteira eletrônica como uma situação conflituosa. Ao controlar os conteúdos que seus cidadãos têm acesso, o Estado estaria garantindo a segurança e conseqüentemente a verdadeira liberdade para os mesmos? Ou ainda: seria possível coexistir de maneira não conflituosa o controle e liberdade dentro de um mesmo contexto político?

o trouxe para a realidade da fronteira eletrônica, transportando para esse novo campo, as suas velhas bases, necessidades estruturais e problemas.

O Estado é constituído por três instâncias: população⁴⁶, território⁴⁷ e governo⁴⁸. Ou seja, para além das premissas sociais e culturais constitutivas de uma nação ou povo⁴⁹, um Estado só pode existir se possuir como pré-requisito constitutivo, um espaço físico próprio (território), que pode ser estabelecido apenas através da força física coerciva (instância militar) que garante através da defesa militar, a soberania sobre suas fronteiras. A estrutura base mantenedora do Estado se baseia portanto na violência legitimada sob um determinado espaço na intenção de o controlar (Weber, 2004:55).

2.3. Controle de território virtual, fronteiras e força coerciva

O limite territorial, após ser expandido à fronteira eletrônica, forçou o Estado a adaptar-se diante da Internet e das outras tecnologias da comunicação, renovando a necessidade de afirmar-se enquanto instância superior legítima do espaço a qual se situa com seus domínios (Weber, 2004:56).

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (Castells 2008:45).

É também a nível cognitivo (Carr, 2009:94) que os conflitos da política parecem acontecer. O sujeito que pratica ativamente a política no ciberespaço, assim como o sujeito que o faz fora dele, é um sujeito que luta pelo poder e como tal, compete com ou contra o Estado sobre esse “território” ou “domínio”. Max Weber em seu ensaio “Política como vocação” delimita esse contexto tendo como base os direitos “únicos” da aplicação da violência.

O Estado é uma comunidade humana que pretende com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Nota-se que “território é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições e pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. (Weber, 1979:98)

“Força física” pode ser compreendida como simplesmente uma força reguladora de limites ou espaços. Porém a sua real delimitação ainda se encontra em debate. De forma resumida, significaria uma maneira de garantir a ordem, ou regular determinados tipos de relação na sociedade. O ambiente de trocas da Internet também faz parte desse conjunto de relações. Não é a toa que os problemas relacionados à roubo de informações sigilosas ou ataques a determinados

46 Número total de habitantes que juntos constituem uma determinada raça, classe ou grupo em determinada área.

47 Uma área de terra. Uma região. Terra e água que se encontra sob os domínios da jurisdição de um determinado Estado. O termo representa também uma subdivisão do Estado.

48 Exercício da autoridade em uma determinada unidade política

49 Fatores como língua, raça, etc

complexos empresariais tornam-se casos sérios segurança nacional: o Estado compreende que esses tipos de crime consistem em uma afronta ou ameaça ao poder estabelecido, já que os criminosos ao agirem, estão desafiando as leis, as fronteiras, os métodos de controle e os limites impostos. A reação do Estado em responder contra os crimes simbolizam portanto a essência da luta pelo poder legítimo do uso da força. Neste caso, a força dos criminosos contra a força da polícia ou do exército.

O Estado é considerado como a única fonte com o “direito” de usar a violência. Daí, “ política” para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado. (Weber, 1979:98)

Existe uma grande controvérsia sobre o que seria de fato a “força física” ou simplesmente “força” no ciberespaço⁵⁰. Quais seriam os seus limites? O que significa virtualmente, utilizar a “força coerciva”? A reflexão sobre o tema não é nova, data desde 1945, ano no qual as Nações Unidas ratificaram em seu preâmbulo intitulado “UN Charter”, uma regulamentação legal sobre o “uso da força”⁵¹ dos Estados. Até hoje a discussão sobre essa regulamentação segue em debate. Além disso, diferentes governos possuem diferentes maneiras e parâmetros de classificação do que seria essa atividade, o que torna a compreensão do termo ainda mais complexa.

Among international legal scholars there have been disagreements as to the exact meaning of the terms “use of force” and “armed attack” within the UN Charter (...). In testimony at his confirmation hearings before the Senate, Lieutenant General Keith Alexander explained, “there is no international consensus on a precise definition of a use of force, in or out of cyberspace. Consequently, individual nations may assert different definitions, and may apply different thresholds for what constitutes a use of force.” (Carr, 2009:278-279)

O uso da força, no entanto, não seria possível se não existisse uma estrutura própria de sustentação. Essa estrutura de informação que prima por garantir a força organizadora do Estado no limite eletrônico, pode ser compreendida como um mosaico extremamente forte e complexo (politicamente falando) de diversos setores⁵² que se inter-relacionam (Lathan et al. 2003:29) com várias finalidades: criação de leis reguladoras do ciberespaço, desenvolvimento de tecnologias para aprimorar o funcionamento das redes ao tornarem-nas mais seguras, etc. Essa estrutura acima referida remete, como será visto mais adiante, às instituições que pertencem ao Estado tanto no mundo físico quanto no ciberespaço.

Sob o ponto de vista da produção tecnológica, o Estado pode ser considerado como o centro unificador de um todo, já que partem principalmente dele as iniciativas mais significativas de fomento ao desenvolvimento da tecnologia através de suas políticas de incentivo à pesquisa e estudo (Castells 2008:51). Portanto, o Estado é que sustenta o desenvolvimento das tecnologias mesmo quando esse desenvolvimento depende de diferentes setores econômicos.

Dessa forma podemos compreender que o desenvolvimento tecnológico e a criação de leis

50 Consultar *Google Transparency Report*. <http://www.google.com/transparencyreport/>

51 UN Charter, artigo 2, parágrafo 4.

52 Essas instâncias aqui estão referidas como instituições públicas e privadas, empresas, militares e órgãos do governo responsáveis por regulamentar o uso de determinados tipos de conteúdos.

reguladoras do uso da Internet significa também a defesa da própria fronteira nacional: à medida que o estado cria tecnologias da informação, ele estende também o seu próprio domínio, ou seja, as suas próprias fronteiras.

Do ponto de vista do conceito geográfico de território, os possíveis vínculos entre espaço, Internet e controle são ainda mais fortalecidos. Em sua clássica definição de espaço, Milton Santos (1996) determina a base para a formação do território, bem como a base para a formação do lugar. Quando afirma que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos cria, conceitualmente, a argila da qual se fazem os tijolos do território e do lugar, sendo esses três (espaço, território e lugar) os pilares conceituais das teorias espaciais. (Firmino, 2011:169)

Não é a toa que um ataque pela Internet só pode ser classificado como ato de ciberguerra quando o mesmo parte oficialmente de um Estado que neste caso, está atacando outro⁵³. Ou seja, o conflito sobre fronteiras em lugares, espaços ou territórios também é não somente um conflito político, mas também de tecnologias. A Internet é o ambiente de encontro dos interesses de forças divergentes.

No entanto, como compreender exatamente o território ou o lugar da Internet? Devemos entender que o espaço da Internet é ocupado não apenas pelo mundo físico, sendo portanto um espaço ampliado, ou seja, aquele cuja compreensão da extensão não seria possível apenas pela ocupação material de um determinado lugar mas também pelos elementos da cultura que o envolvem, já que a Internet e conseqüentemente o ciberespaço são “construções” que ocupam um espaço criado pelo homem (Libicki, 2009:11). A Internet ocuparia assim, o mesmo espaço que outros elementos da cultura ocupam ao estender suas delimitações físicas através dos imaginários, crenças ou costumes em diferentes contextos sociais⁵⁴ (Lévy, 2003:20).

Apesar dos aspectos do espaço ampliado pela cultura, algumas particularidades sobre a compreensão da territorialização da Internet devem ser salvaguardados.

A noção de espaço ampliado, mais recente e ligada ao suporte material das tecnologias da informação e comunicação (TICs), talvez ajude explicar a sensação de quebras de fronteiras(...). Duarte e Firmino (2009) explicam que o crescente uso de TICs cada vez menores e cada vez mais “infiltradas” no meio construído(...) potencializa o uso do espaço para além de sua materialidade concreta, imediata. Os autores também defendem que este tipo de ampliação de nossa experiência no espaço já era possível no passado, por outros meios (religião, meditação, arte, drogas, etc.), mas dependia de uma ação deliberada do sujeito, enquanto em tempos recentes a possibilidade de ampliação está presente no próprio meio, à disposição do sujeito. (Firmino, 2011:171).

Entendemos assim que os espaços ampliados da Internet também fazem parte dos domínios do

53 Ainda existe muita controvérsia nas leis internacionais sobre aquilo que diz respeito à classificação dos ciberataques. Nesse sentido consultar *Active Defense for Cyber: A Legal Framework for Covert Countermeasures* (Carr, 2009:273)

54 A referência acerca do território ou do lugar em que ocupam os elementos da cultura, remetem para concepções metafísicas de espaço que complementam ou estendem o espaço concreto. Em outras palavras, remetem a instâncias que além de ocuparem um espaço físico, ocupam também um outro espaço imaginário ou ampliado. Esse raciocínio parte do princípio de que “cada ser vivo cria o seu próprio mundo” (Lévy, 2003:20). A religião é um bom exemplo: as catedrais e templos ocupam um espaço concreto através de suas construções. Porém, em suas práticas religiosas, os monges e fiéis através de doutrinas e meditações transportam-se para um outro espaço (sagrado ou profano), “ocupando-o” simbolicamente através de sua crença. A metafísica nas religiões ocupa portanto um espaço e também faz parte do “território” das igrejas ou templos, porque sob o ponto de vista cultural, não estão limitadas apenas ao mundo material e expandem-se através da crença de cada fiel. Nesse sentido, a necessidade religiosa de conquistar novos membros é a necessidade de ampliação de sua própria existência concreta. Algumas teorias de guerra classificam esse tipo de espaço como *infosphere* (Lonsdale, 2004:148). O espaço ampliado também é estudado nas teorias dos jogos eletrônicos (Kelly, 2008:43).

Estado porque assim como outros elementos da cultura também constituem os territórios e ocupam espaços e lugares além da realidade material. Esses espaços também participam da dinâmica social gerada pela vida em sociedade e representam não apenas um ambiente intangível e sem valor político, mas sim um meio vivo onde a organização social acontece⁵⁵ através da produção de saberes que tornou-se desterritorializada.

Os dispositivos hipertextuais nas redes digitais desterritorializaram o texto. Fizeram emergir um texto sem fronteiras nítidas, sem interioridade definível. Não é mais um texto, discernível e individualizável, mas apenas texto. Assim como não há uma água e uma areia, mas apenas água e areia. O texto é posto em movimento, envolvido em um fluxo vetorizado, metamórfico. Assim está mais próximo do próprio movimento do pensamento, ou da imagem que temos deste. Perdendo a sua afinidade com as ideias imutáveis que supostamente dominaram o mundo sensível, o texto torna-se análogo ao universo de processos ao qual se mistura. (Lévy, 2003:39)

2.4. Governança da Internet

Para que exista o limite da fronteira, do espaço ou do lugar criado pelo universo eletrônico é necessário que exista também uma infraestrutura de regras de funcionamento nas trocas de informação através de infraestruturas físicas constituídas por redes de cabos, satélites, etc. Sem as regras aplicadas ao funcionamento elementos, não existiria conexão, ligação, comunicação. Partes concretas dessa rede reguladora⁵⁶ são o *International Telecommunication Union (ITU)*⁵⁷ e *Internet Assigned Numbers Authority (IANA)* atualmente administrada pelo *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN)*. O ICANN é responsável por coordenar o funcionamento dos sistemas DNS⁵⁸, gerenciar as políticas de endereçamento e registro, além de determinar parâmetros em protocolos de conexão⁵⁹.

Em termos históricos, a formação das estrutura tecnológicas⁶⁰ como o ITU e o ICANN são dependentes do Estado e de suas políticas legais em vários aspectos, já que é ele o responsável

55 O *Free State Project* é um exemplo interessante de como os espaços ampliados também compõem os espaços físicos sob os poderes políticos dos Estados. Trata-se de uma coletivo de 20000 pessoas que organizaram-se na Internet para posteriormente se mudar para New Hampshire, uma região específica nos Estados Unidos propícia para a aceitação de determinadas ideologias libertárias da qual o grupo compartilhava. Nesse exemplo, a ocupação e organização do espaço ampliado da Internet precedeu a ocupação política do Estado material de New Hampshire. Mais detalhes em <http://freestateproject.org>

56 Consultar *A Decade of Internet Evolution*. http://www.cisco.com/web/about/ac123/ac147/archived_issues/ipj_11-2/112_evolution.html

57 Agência especializada das Nações Unidas responsável por criar padrões de comunicação para tecnologias como satélite, radio, televisão e telefone. O ITU é considerado uma das mais veneráveis instituições de comunicação de todos os tempos e é responsável por determinar vários padrões para a indústria da informação.

58 *Domain Name System*. Sistema responsável por traduzir nomes em números IP na Internet.

59 O ICANN operacionaliza essas ações com o apoio de outros órgãos como o *Names Supporting Organization (NSO)*, *Address Supporting Organization (ASO)* e *Protocol Supporting Organization (PSO)*

60 O termo “estrutura tecnológica” refere ao conjunto de tecnologias responsáveis por constituir as bases do aprimoramento tecnológico em determinado setor. Neste caso o das tecnologias da informação através dos padrões e protocolos de conexão. É evidente também que se não houvesse a estrutura física necessária para abarcar toda a troca de informações, a Internet não existiria.

pelo incentivo mais significativo em ciência e tecnologia nas sociedades⁶¹. Assim, as instâncias que desenvolvem tecnologias para a segurança da informação em um determinado Estado por exemplo, também acompanham este cenário⁶². Elas são o resultado do fomento à pesquisa em atividades conjuntas de corporações, instituições educacionais, profissionais, organizações sem fins lucrativos, comunidade de pesquisadores, comitês para a criação de padrões, organismos internacionais e outros⁶³.

Entretanto, embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado. Ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem estar social em poucos anos. (Castells 2008:45).

Com exceção do Estado e suas leis, nenhuma dessas “partes” nessa totalidade produtora mantém nas mãos o poder absoluto de tal infraestrutura reguladora, apesar de todos os setores anteriormente citados estarem, de certa forma, associados e manterem de forma coletiva a responsabilidade pela construção dessa “rede” de infraestrutura tecnológica da informação⁶⁴.

Mas se compreendemos que o Estado cumpre um papel importante na relação entre as infraestruturas tecnológicas e a sociedade, como compreender a relação de poder político dentro das redes⁶⁵? De que maneira ele funciona e como podemos identificá-lo sob o contexto da Internet, por exemplo, onde as relações sociais acontecem supostamente sob um modelo descentralizado, “livre” em vários aspectos e portanto não-hierárquico? Manuel Castells em seus estudos sob a relação entre a comunicação e o poder conceitua o poder das redes em quatro instâncias: poder de conectar em rede (*networking power*); poder da rede (*network power*); poder em rede (*networked power*) e poder para criar as redes (*network-making power*). Segundo o autor, cada uma dessas categorias definem processos concretos de exercícios do poder (Castells, 2009:72).

Por tanto, los estándares, o, en mi terminología, los protocolos de comunicación, determinan las reglas que hay que aceptar cuando se está en la red. En este caso, el poder se ejerce no por exclusión de las redes, sino por inposición de reglas de inclusión. Por supuesto, dependiendo del nivel de apertura de la red, estas reglas pueden negociarse entre sus componentes. Pero, una vez establecidas, se vuelven obligatorias para todos los nodos de la red, ya que el respeto a estas normas es lo que posibilita la existencia de la red como estructura comunicativa. (Castells 2009:74)

A técnica incumbida nos processos tecnológicos, é portanto essencial para o poder das redes. Esse poder, que conseqüentemente transforma-se no poder da comunicação, pode ser compreendido então como o poder de deter os direitos ou as liberdades técnicas ou tecnológicas nas estruturas que sustentam as redes e que, por conseqüência, sustentam alguns processos sociais

61 Basta remetermos a casos concretos como o IANA e ICANN. Tratam-se de grandes institutos criados e mantidos por iniciativas do governo americano através do *United States Department of Commerce* (DOC) e *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA).

62 Compreender o tratado UKUSA e AUSCANNZUKUS. http://en.wikipedia.org/wiki/Five_Eyes e <http://en.wikipedia.org/wiki/AUSCANNZUKUS>

63 Consultar *Cyber-security as an Emergent Infrastructure* (Lathan et al. 2003:29).

64 Alguns, claro, mais intimamente relacionados com certos setores sociais do que outros: estruturas “base” para a constituição da Internet como *backbones*, *rootservers*, *nameservers*, constituição de padrões para a comunicação e transferências de dados.

65 Consultar sobre o projeto Echelon. <http://cryptome.org/echelon-ep-fin.htm#4>

influenciados pelo fenômeno da digitalização. Durante a revolução do Egito em 2010, por exemplo, a decisão do governo em cortar a Internet do país inteiro partia do pressuposto de que ao controlar o *networking power*, o Estado poderia aplicar o seu poder sobre os cidadãos ao impedir que eles pudessem utilizar a Internet para organizarem-se em protestos e passeatas contra o governo ditador. Esse exemplo recente demonstra que, ao controlar os aspectos técnicos das redes dentro dos seus limites de poder, os Estados procuram, exercer o poder, como já havia conceituado Castells. Segundo ele, o exercício desse poder não acontece somente sob a exclusão completa do uso de uma determinada rede, como nos recorda o exemplo do Egito, mas também ao determinar ou impor regras de inclusão na mesma.

El poder de la red es el poder de los estándares de la red sobre sus componentes, aunque este poder favorezca en última instancia los intereses de un conjunto específico de actores sociales en el origen de la formación de la red y del establecimiento de estándares (protocolos de comunicación). (Castells 2009:74)

Segundo algumas perspectivas de análise⁶⁶, a importância da segurança do Estado em termos eletrônicos pode ser igualmente comparada a qualquer outra medida de segurança em suas fronteiras físicas. De fato, o ciberespaço já possui também seus próprios limites ou “fronteiras” (Zittrain and Palfrey 2011:8)⁶⁷. Pensando em nível de sigilo de determinadas informações, é interessante ressaltar também que as medidas preventivas de acesso a documentos sigilosos por exemplo, fazem parte de um esforço conjunto do Estado em controlar fronteiras (*cyber warfare*)⁶⁸ (Carr, 2009:243), além das leis reguladoras e decretos sobre a utilização de determinada atividade dentro da grande rede, influenciando assim a maneira como outros setores (privados ou não) interagem entre si dentro dessa esfera infraestrutural (Lathan et al. 2003:29).

Segundo Deibert e Rohozinski, o real papel do Estado na Internet caminha para uma direção cada vez mais controladora e militar (Deibert e Rohozinski, 2010:5) já que a defesa de seus segredos e de suas boas relações nas políticas externas dependem cada vez mais da informação eletrônica sigilosa. É neste campo que o seu novo território ou domínio se encontra. Lembrando que a essência do Estado pode ser analisada sob a perspectiva do controle daquilo que o compõe: seu povo, seu governo e suas fronteiras, o que inclui portanto, sua estrutura tecnológica e conseqüentemente, o ciberespaço. Como veremos a seguir, a compreensão do surgimento de uma sociedade do controle parte também dessa perspectiva.

Deleuze destacou que a sociedade atual trabalha com controles como modulações que se articulam em um sistema de geometria variável. Neste sentido deleuziano, o poder comunicacional pode ser pensado como a garantia de autonomia dentro de uma sociedade em rede que também pode ser mais bem definida concretamente como uma sociedade baseada em redes cibernéticas, termo que expressa a ideia de comunicação e controle. Desse modo, a Internet, a maior expressão da sociedade em rede, pode ser declarada também como a grande manifestação da sociedade de controle. Neste sentido, a rede mundial

66 Consultar as discussões acerca das implicações do *cyberdeterrence* (Libicki, 2009:27); fenômeno da desobediência civil eletrônica (Galloway 2004:147); *The Future Battlespace* (Lonsdale, 2004:41);

67 Diversificado conjunto de leis que desde meados dos anos 2000 começaram a surgir em vários países com a intenção de regular a maneira pela qual se deve ou não acessar a Internet.

68 O termo pode ser compreendido de maneira mais completa através de exemplos reais de conflitos militares no ciberespaço. Em resumo, significa nada mais do que o conjunto de uma complexa estrutura armamentista em meio eletrônico.

de computadores é um gigantesco arranjo de técnicas de controle de informações que, por sua vez, é o que assegura a grande interatividade, velocidade e dispersão da comunicação. (Silveira 2011:154)

2.5. Uma rede regrada

Para além da compreensão física e técnica constitutiva da Internet, existe ainda uma compreensão institucional da mesma. Essa compreensão parte do princípio de que a Internet, por mais aberta e livre que seja, possui regras técnicas, morais e éticas de utilização da mesma forma que qualquer outra instituição social (bibliotecas, escolas, asilos, conventos e outros). É evidente que essas regras podem variar de acordo com a lei e a cultura de determinado país⁶⁹.

Um interessante estudo feito por Alexander Galloway em sua obra *Protocol: How Control Exists after Decentralization* nos ajuda a compreender o universo das “regras institucionais” da Internet a partir do momento em que determinados padrões e protocolos técnicos são desenvolvidos e aplicados nos processos de conexão dos computadores na rede. De acordo com esse raciocínio, o método descentralizado de troca de dados na Internet significaria a instância máxima do controle técnico e conseqüentemente político das conexões. Segundo Galloway, o padrão⁷⁰ imposto pelo protocolo de conexão propicia a propagação da Internet de forma rápida, descentralizada, livre e igualitária, mas estaria ao mesmo tempo delimitando a rede sob si mesma⁷¹.

Protocol is a management style that injects control into “fronts of disorder,” “anti-worlds” (whatever those are), “Mafia networks,” and “crises, conflicts, and imbalances.” Today, protocol is our gravity, our oxygen, our pulse. Historically the relaxing of hierarchy in social and political systems presented a management problem: How can complete chaos be avoided when all traditional systems of control (hierarchy, centralization, etc.) have slipped away? Protocol is a solution to the problem of hierarchy. It is in many ways an historical advancement. (Galloway, 2004:242).

Manuel Castells também estuda a relação de poder que existe entre o estabelecimento dos protocolos de conexão e a sociedade, classificando os padrões técnicos da rede como *network power*: um dos quatro componentes dos poderes da comunicação digital. Ele explica que a detenção dos padrões de conexão também significam a detenção do poder de inclusão ou exclusão dos sujeitos na rede.

Por tanto, los estándares, en mi terminología, los protocolos de comunicación, determinan las reglas que hay que aceptar cuando se está en la red. En este caso, el poder se ejerce no por exclusión de las redes, sino por la imposición de reglas de inclusión. Por supuesto, dependiendo del nivel de apertura de la red, estas reglas pueden negociarse entre sus componentes. Pero, una vez establecidas, se vuelven obligatorias para todos los nodos de la red, ya que el respeto a estas normas es lo que posibilita la existencia de la red como estructura comunicativa. El poder de la red es el poder de los estándares de la red sobre sus componentes, aunque este poder favorezca en última instancia los intereses de un conjunto específico de actores sociales en el origen de la formación de la red y del establecimiento de estándares (protocolos de

69 Manuel Castells classifica a criação dos protocolos de rede como elementos constitutivos do chamado *network power*. (Castells, 2009:73)

70 O autor se refere a padrões de conexão como a família de protocolos TCP-IP, o *Media Access Control* (MAC address), o Ethernet (IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3z, etc.) e outros.

71 É interessante lembrar que antes dos padrões internacionais de conexão, os primeiros microcomputadores pessoais limitavam-se a conectar apenas em redes desenvolvidas para seu próprio modelo. Computadores da IBM por exemplo não podiam conectar-se com outros que não fossem IBM.

comunicación) (Castells, 2009:73)

Já Erving Goffman em sua pesquisa acerca das instituições sociais (da qual ele chama por “instituições totais”) criou categorias para classificá-las de acordo com a sua funcionalidade social⁷². Segundo ele, uma instituição ou estabelecimento social está sempre relacionado com uma atividade específica a ser desempenhada na sociedade.

Os estabelecimentos sociais - instituições, no sentido diário do termo, - são locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre atividade de determinado tipo. Na sociologia, não temos uma forma muito adequada para a sua classificação.(Goffman, 2007:15)

Goffman sugere a compreensão dessas instituições como uma maneira de visualizar a sociedade em sua necessidade de romper o ciclo convencional da vida⁷³ onde um indivíduo tende a cumprir determinados comportamentos como “dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral” (Goffman, 2007:17). Segundo ele, essas instituições estariam criando uma ruptura nessa rotina de comportamentos ao criarem uma “mistura” das esferas sociais.

Nessas instituições totais, os indivíduos estão obrigados a respeitar determinadas regras como por exemplo o cumprimento de tarefas normalmente desempenhadas por um conjunto de indivíduos que por sua vez, também são tratados da mesma forma que os demais e obrigados a fazerem as mesmas coisas em conjunto. Também é exemplo o rigoroso respeito aos horários e as autoridades normalmente constituídas por um grupo pequeno de funcionários. É claro que essas características também podem ser presenciadas em outras instâncias da vida fora das instituições totais, mas o que é interessante de observar é que normalmente nessas circunstâncias, a relação de convivência com os outros indivíduos mantém várias características voluntárias, ou seja, fora da obrigatoriedade total.

Agora analisemos a Internet sob os aspectos conceituais propostos por Goffman. Em vários pontos a Internet se distancia e ao mesmo tempo se aproxima do conceito das instituições totais. Ela nasceu num contexto científico desenvolvido por uma instituição total (exército) e assim como outras instituições, a Internet serve para desempenhar uma atividade específica na sociedade: promover uma troca de informações/comunicação. Também de acordo com o conceito de Goffman, a Internet encontra-se delimitada, não sob salas, prédios ou fábricas, mas em estruturas físicas que possibilitam com que as trocas de dados aconteçam como cabos, satélites, entre outras:

72 Goffman classifica as instituições totais em cinco categorias: Instituições destinadas a cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas como casas para indigentes, cegos, órfãos e etc.; Instituições que cuidam de pessoas incapazes de cuidarem de si mesmas e que ao mesmo tempo, oferecem um certo risco à sociedade como sanatórios, doentes mentais e etc; Instituições que cuidam de perigos intencionais a sociedade como prisões, campos de concentração e etc; Instituições cuja função está relacionada a desempenhar um determinado tipo de trabalho da melhor maneira possível como quartéis, escolas, campos de trabalho, colônias e etc; e finalmente instituições destinadas a criar um isolamento do mundo como abadias, templos religiosos, mosteiros, conventos e etc.

73 Goffman se refere especificamente aos aspectos da vida nas sociedades modernas.

Por mais que se advogue que a Internet é um espaço público, compartilhado, onde se exercita a liberdade na sociedade contemporânea, seus limites de atuação e abrangência são incertos mas estão contidos na sua própria imaterialidade. Há regras de uso e delimitações claras de realização de suas ações, independente da amplitude que os impactos dessas ações possam ter. Talvez por tudo isso, a Internet seja comumente chamada de território e mais raramente de lugar. Ainda assim, esse tipo de rotulação é incerta na medida em que se torna possível definir limites e esferas de ações que se dão na Internet, e que possam ser analogamente delimitadas como território ou lugar. (Firmino, 2011:170)

Embora de maneira mais complexa e abrangente, a Internet ainda pode ser delimitada sob o aspecto cultural em diferentes sociedades, já que diferentes culturas utilizam a Internet de maneiras diferentes. Podemos considerar também que exista um “grupo coordenador” da Internet que nada mais são do que as instâncias desenvolvedoras da infraestrutura tecnológica. Trata-se por exemplo, dos protocolos de conexão da qual já falamos anteriormente⁷⁴.

Neste sentido e do ponto de vista geográfico, a Internet se posiciona muito mais como um espaço do que como um território ou lugar, uma vez que se caracteriza como um conjunto de objetos e ações sujeito à recortes, delimitações e apropriações específicas. (Firmino, 2011:70)

No entanto, a Internet distancia-se das outras instituições sob o aspecto comportamental das pessoas que dela compõem ou “participam”. Ela não mantém sob os indivíduos uma obrigatoriedade de cumprimento de determinadas tarefas conjuntas, mas ao mesmo tempo mantém, um conjunto de regras que devem ser obedecidas não somente para os indivíduos estarem conectados mas também para que utilizem a Internet de forma legal⁷⁵.

Foucault também procurou compreender o fenômeno do comportamento humano controlado em seu conceito de “corpos dóceis”, criados segundo ele, através de um processo de adestramento humano sob determinadas regras rígidas e controladoras trazidas pelas instituições sociais. Essa compreensão da racionalidade de Foucault culmina também na concepção do conceito das sociedades disciplinares, elemento essencial para a compreensão das sociedades de controle e as suas inúmeras relações com as mídias e tecnologias de comunicação.

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. (...) Trata-se apenas de ferir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. "Controle" é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. (Deleuze, 2008:220)

Depois da breve comparação das características comuns e distintas as ideias de Goffman e de outros autores, podemos concluir que o conceito da instituição total talvez não seja a melhor maneira de classificar e entender a Internet enquanto fenômeno social porque não é capaz de comportar a grandeza e complexidade daquilo que ela representa. No entanto, a compreensão

74 É claro que a Internet não possui um “dono” ou grupo único coordenador. No entanto, para que exista a troca de informação que conhecemos hoje, é necessário que determinadas regras sejam cumpridas no envio/recebimento de dados entre os computadores. Essas regras (protocolo TCP/IP por exemplo), são definidas por grupos científicos, órgãos internacionais e etc. Ao definirem as regras, esses grupos também definem a maneira pela qual a Internet funciona e isso pode ser considerado, dentro do ponto de vista da teoria de Goffman como uma maneira de coordenar a instituição total.

75 Essas regras nada mais são do que a legislação acerca da utilização da Internet. Leis sobre crime digital ou pirataria seria um bom exemplo.

desse fenômeno é interessante para esse trabalho porque a partir dele, podemos de fato entender a relação social entre a Internet (representada como um fenômeno ou “instituição” de transformação política) e o Estado (a instância máxima do exercício do poder e do controle dos indivíduos). Assim, entendemos que da mesma forma que outras instituições totais, a Internet também possui suas regras de funcionamento e conduta que devem ser seguidas da mesma maneira como em qualquer outra instância social.

3. Wikileaks: Contextualização Histórica

O Wikileaks, objeto principal de estudo desse trabalho é um exemplo do conflito causado entre o acesso à informação e a segurança nacional dos Estados. Adiante, o grupo, além de ameaçar as relações diplomáticas de vários países, também desrespeitou diversas regras sociais na Internet⁷⁶. No entanto, tratando-se de conflitos virtuais, o Wikileaks não foi o primeiro e talvez nem mesmo seja o mais significativo protagonista da história⁷⁷. Algumas características das atividades do Wikileaks nos levam a concluir que possivelmente ele tenha surgido num momento em que o ciberespaço tornou-se palco de diversos conflitos diplomáticos entre países. Alguns deles tornaram-se diplomaticamente insustentáveis e acabaram resultando em verdadeiras ciberguerras: em 6 de setembro em 2007 uma base nuclear da Coreia do Norte instalada na Síria foi atacada e destruída por Israel através de um ataque a um dos computadores responsáveis por operar parte da produção nuclear; em 2008, após um protesto a favor da retirada da estátua de um soldado comunista, a Geórgia foi atacada pela Rússia e o país esteve por meses inteiros sem Internet, causando inúmeros prejuízos; em 2009, a Coreia do Norte entrou em guerra virtual contra Coreia do Sul e os Estados Unidos devido a uma resposta diplomática americana à uma explosão nuclear com finalidades supostamente “experimentais” ocorrida na Coreia do Norte.

O contexto da análise deste trabalho gira em torno do caso *CableGate* divulgado no dia 28 de novembro de 2010. Este estudo é importante porque é uma maneira de compreender a potencialidade política das tecnologias de comunicação. Foram publicados 251.287 documentos diplomáticos do governo dos Estados Unidos entre 1966 até 2001. A classificação dos documentos seguem a seguinte relação abaixo⁷⁸:

- 115,652 documentos “secretos”
- 101,748 documentos “confidenciais”
- 133,887 documentos “não-classificados”
- O Iraque é o país com a maior quantidade de documentos relacionados – 15,365 no total (mensagens enviadas – 6,677)
- Ankara, capital da Turquia foi a que mais enviou mensagens aos Estados Unidos – 7,918
- Mensagens enviadas pelo secretário de estado nos Estados Unidos totaliza 8,017

De acordo com o departamento do Estado Americano, os assuntos mais frequentemente tratados são:

- Relações políticas externas – 145,451
- Negociações internas dos Estados – 122,896
- Direitos humanos – 55,211

76 Este aspecto será abordado em maior profundidade no ponto 3.4

77 Consultar “A ciberguerra do Wikileaks”. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-ciberguerra-do-wikileaks>

78 Consultar o anexo Figura 1: *Gráficos do conjunto de dados do CableGate*

- Condições Econômicas – 49,044
- Terroristas e terrorismo – 28,801
- Conselho nacional de segurança – 6,532

Trata-se do maior conjunto de documentos confidenciais a ser disponibilizado em domínio público na história. Esses documentos contêm informações trocadas entre o Departamento de Estado em Washington e 274 embaixadas de vários países sob o contexto de negociações políticas e econômicas, informações sobre possíveis ameaças aos governos entre outros.

3.1. Criação do Wikileaks e as primeiras publicações

A história do *CableGate* começa primeiramente com a história da criação do Wikileaks em 2006⁷⁹, momento do qual Julian Assange criava uma lista de e-mails dedicada à criação do grupo e ao início do projeto. O nome “Wikileaks” foi pensado com base nos mesmos conceitos das propostas de compartilhamento livre de informação que Jimmy Wales e Larry Sanger haviam criado em 2001 ao desenvolverem a Wikipedia. Segundo a definição do próprio Wikileaks, no entanto, ele consistiria em uma versão “não censurada” da Wikipedia. Uma área de acesso irrestrito a documentos relacionados à denúncia e análise de fatos. No entanto, diferentemente da Wikipedia, o Wikileaks não permite que as publicações sejam alteradas por outros autores. Segundo o grupo, as publicações são recebidas através de um serviço similar a uma “DropBox” encriptada que garante a segurança e a anonimidade do autor. Os dados são então lidos por um jornalista que desenvolve uma notícia escrita sobre o conteúdo dos dados que são publicados na íntegra juntamente com o material original no site wikileaks.org.

This is a restricted internal development mailing list for w-i-k-i-l-e-a-k-s-.-o-r-g. Please do not mention that word directly in these discussions; refer instead to ‘WL’ (...) A new website that will use Wikipedia’s open-editing format is hoping to become a place where whistleblowers can post documents without fear of being traced. (Leigh e Harding, 2011:104)

A discussão e posterior funcionamento do projeto envolveram várias pessoas, organizações e ativistas. A maioria deles já trabalhavam de alguma forma com outros projetos afins aos propósitos de Assange. Alguns dos primeiros convidados a se envolverem na lista do Wikileaks foram John Young, criador do cryptome.org; Daniel Ellsberg, jornalista investigativo responsável pela publicação dos arquivos do pentágono no contexto da guerra do Vietnã em 1971⁸⁰; também fizeram parte do grupo Daniel Domscheit-Berg, ciberativista, membro do grupo “Caos Computer Club” e atual fundador do projeto OpenLeaks⁸¹; Kristinn Hrafnsson, membro da “Sunshine Press Productions”⁸², dentre outros.

79 A lista de discussão sobre a formação do projeto pode ser conferida na íntegra em <http://cryptome.org/wikileaks/wikileaks-leak.htm>

80 Ellsberg, ao publicar a sua pesquisa, criou também um projeto relacionado à investigação jornalística chamado “to place a new star in the firmament of man”.

81 Consultar as motivações que levaram Daniel a criar o OpenLeaks (Radermecker 2011:249-250)

82 Empresa fundada pelo Wikileaks na Islândia em 2006

Emails were exchanged among WikiLeaks member throughout the world. The Germans loved it, the Americans discussed it and Ani Lovins explained: "the group has already prototyped the platform; some technical detail regarding security have been changed". Every Wikileaks volunteer had and alias as a minimum guarantee of security (...). For Wikileaks, it was imperative to find support from known, respectable and serious people. (Radermecker 2011:119)

O Wikileaks, logo em sua fase inicial, preocupou-se em consolidar sua rede estrutural na Suécia, onde as leis relacionadas à proteção dos profissionais da mídia eram fortes e favoráveis as atividades do grupo. A empresa “PeRiQuito AB”, também conhecida como “PRQ” forneceu o primeiro serviço de hospedagem da página do Wikileaks sob o domínio “wikileaks.org”. Segundo os fundadores da PRQ⁸³, a empresa prima por garantir os “segredos” dos seus clientes acima de tudo.

Todos os dados contidos nos computadores do Wikileaks estavam encriptados através de ferramentas como o OpenSSL e *Pretty Good Privacy* (PGP). As denúncias chegavam ao grupo através de redes de distribuição de dados baseadas em arquitetura P2P como FreeNet e Tor⁸⁴. Para a comunicação interna do grupo, os membros utilizavam softwares comuns como o Skype e chats como IRC.

A primeira denúncia jornalística feita pelo grupo aconteceu em 2007 no Quênia quando Mwalimu Mati, líder de uma organização anti-corrupção denominada “Mars Group Kenya” recebeu uma grande quantidade de documentos que indiciavam o ex-presidente Daniel Arap Moi por crimes de abuso ao poder e corrupção. O relatório havia sido encomendado pela empresa privada “Kroll” através do então presidente, Mwai Kibaki que não conseguiu publicar os relatórios por motivos políticos. No entanto, ao receber os documentos, a organização de Mati com medo das futuras retaliações políticas por parte das autoridades quenianas, resolveram também não publicar nada em seu site, entregando então a responsabilidade para o Wikileaks.

A denúncia foi oficialmente publicada no dia 31 de agosto através da página oficial do projeto (wikileaks.org) e também no jornal “The Guardian”. O Wikileaks a partir de então tornou-se mundialmente famoso e Assange foi convidado para receber em Londres um prêmio da Anistia Internacional. Um ano depois, Assange publica em seu blog pessoal, mais uma denúncia. Dessa vez trata-se dos grupos de extermínio, os chamados “esquadrões da morte” no Quênia. A publicação baseava-se em evidências obtidas pela Comissão Nacional Queniana de Direitos Humanos acerca da morte de quatro investigadores e de dois ativistas (Oscar Kingara e John Paul Oulu), que supostamente foram assassinados ao procurarem informações mais detalhadas acerca dos grupos de extermínio.

83 Gottfrid Svartholm e Fredrik Neij, também fundadores do Pirate Bay. <http://www.prq.se>

84 O Peer-to-peer ou P2P é uma arquitetura alternativa ao modelo cliente-servidor. É usada em partilha de ficheiros, voz, etc. O projeto *The Onion Router* (TOR) e o FreeNet são exemplos práticos do uso desse tipo de arquitetura de rede. Ambos os projetos primam por dificultar a análise do tráfego de pacotes enviados e recebidos nas trocas de informação, garantindo determinados níveis de anonimidade na rede.

3.2. Mudanças estratégicas

Em 2008, a relação entre Assange e os outros grupos midiáticos parece se complicar. Neste ano, o Wikileaks procurou conseguir algum espaço de divulgação para os novos materiais que o grupo havia descoberto. O primeiro fracasso aconteceu em julho, quando o grupo procurou em vão fazer com que o jornal “The Guardian”, até então o seu principal parceiro, divulgasse uma cópia da Doutrina de Operações Britânicas de Contra-Insurgência de 2007 (UK Counter Insurgency Operations Doctrine 2007). Posteriormente, ainda em 2008, o grupo passa então a buscar outras estratégias de conseguir a notoriedade midiática ao tentar leiloar o acesso a uma série de e-mails trocados entre um redator e o presidente Hugo Chávez. Assange planejava conseguir notoriedade dessa maneira porque acreditou que ao disponibilizar todo o conteúdo de forma gratuita como fazia anteriormente, ele estaria passando a impressão de que as publicações do Wikileaks não eram de qualidade ou verdadeiras:

Our initial idea was, ‘Look at all those people editing Wikipedia. Look at all the junk that they’re working on... (...) and all those bloggers that are busy pontificating about... human rights disasters... surely those people will step forward, given fresh source material, and do something?’ No. It’s all bullshit. It’s all bullshit. In fact, people write about things, in general (if it’s not part of their career), because they want to display their values to their peers, who are already in the same group. Actually, they don’t give a fuck about the material.”(Leigh e Harding, 2011:131)

A partir daí, o Wikileaks viu-se obrigado a mudar a maneira pela qual divulgava o seu trabalho. A estratégia inicial do Wikileaks em disponibilizar a informação “crua” para que posteriormente as pessoas pudessem criar reportagens, artigos e subseqüentes publicações⁸⁵, mostrou-se pouco interessante para as empresas de mídia e não muito atrativas para os jornalistas que pareciam não querer investir o seu curto tempo ao fazer uma análise mais detalhada das informações. O grupo queria mais envolvimento por parte dos profissionais e ativistas e compreendeu que a dificuldade era meramente econômica⁸⁶:

“The big issue for WikiLeaks is first-rate source material going to waste, because we make supply unlimited, so news organisations, wrongly or rightly, refuse to ‘invest’ in analysis without additional incentives. Given that WikiLeaks needs to restrict supply for a period to increase perceived value to the point that journalists will invest time to produce quality stories, the question arises as to which method should be employed to apportion material to those who are most likely to invest in it.”(Leigh e Harding, 2011:131)

A solução foi tentar procurar uma maneira de causar repercussão política internacional e ao mesmo tempo tornar o trabalho atrativo o suficiente para que os jornalistas começassem a desenvolver pesquisas sobre os temas que o grupo estava trabalhando⁸⁷.

85 O Wikileaks inicialmente baseou-se na ideia da produção de um jornalismo que seguisse um conceito de “crowdsourcing”.

86 “The economics are counter-intuitive – temporarily restrict supply to increase uptake... a known paradox in economics.”(Leigh e Harding, 2011:106)

87 Grande parte dessa mudança estratégica tornou-se notória apenas quando o grupo desenvolveu algumas ferramentas de busca e indexação dentro das suas publicações para torná-las mais fácil de consultar. É o caso do CableSearch por exemplo

3.3. Notoriedade pública e dificuldades financeiras

Paralelamente a essa mudança de planos, uma outra denúncia ocorria. Rudolf Elmer, responsável nas Ilhas Cayman pelo banco Julius Baer resolveu divulgar, após ter-se mudado para Mauritius, alguns documentos que provavam que o banco, através de alguns clientes de seu ex-chefe, estava burlando taxas de maneira abusiva.

O Wikileaks divulgou os documentos integralmente e logo depois teve de responder a um processo iniciado pelo grupo bancário de Zurich na Califórnia que tentava impedir que os arquivos continuassem disponíveis online. Os bancos diziam que a divulgação dos documentos tratava-se de uma “disseminação ilegal de dados bancários bem como de informação pessoais das contas de seus clientes”.

Os bancos perderam o processo quando o Wikileaks limitou o acesso aos documentos publicados a outros sites hospedados não só na Bélgica como também em outros países. Posteriormente, uma série de *mirrors* espalharam a informação original. Assim, o processo inicial contra o Wikileaks reverteu-se em um processo contra uma série de outras associações que apoiavam a publicação dos documentos pelos direitos a liberdade de expressão. Dentre elas destacam-se a *American Civil Liberties Union*, *Electronic Frontier Foundation*, *Associated Press*, *Gannett News Service* e *Los Angeles Times*. Depois disso, Assange foi mais uma vez homenageado em Londres ao receber o prêmio *Index on Censorship*, aumentando ainda mais a notoriedade do Wikileaks. Jornais britânicos como *The Guardian* e outros tentaram divulgar os documentos, mas foram censurados. Não puderam nem mesmo dizer que o material estava disponível no Wikileaks.

Nesta mesma época, o Wikileaks servia também como “backup” para as informações do grupo Greenpeace na Holanda juntamente com a TV estadual da Noruega ao publicar um relatório completo sobre um derramamento de lixo tóxico feito pelos comerciantes de óleo da empresa Trafigura. Na época, os advogados da Trafigura também impediram os jornais britânicos de divulgarem o caso.

Apesar das inúmeras denúncias, da consequente notoriedade e dos prêmios recebidos, o Wikileaks já passava por dificuldades financeiras. O financiamento da organização é totalmente dependente de doações que apoiam a livre expressão como associações internacionais de imprensa e jornalismo, a Anistia internacional, a *Electronic Frontier* e muitos outros. Em momentos de dificuldade, Assange chegou a pedir cinco milhões de dólares para o bilionário George Soros na esperança de financiar o Wikileaks durante algum tempo. O bilionário não apenas negou o fornecimento do dinheiro, como também cortou as relações com o Wikileaks por completo. O grupo passou então a buscar por financiamentos em outras iniciativas de incentivo a melhoria da estrutura das novas tecnologias para as mídias. Nesse período, várias parcerias foram feitas

(Radermecker 2011:199). Em 2009 chegaram a participar do programa promovido pela *Knight Foundation*, mas não foram beneficiados. Após algumas conferências de Assange na Islândia, o Wikileaks participa da criação de algumas leis de defesa à livre expressão no país e conseguem alguns financiamentos. Nesse momento, o Wikileaks planejava fazer com que a Islândia se tornasse a sede internacional das denúncias jornalísticas. Vários islandeses passaram a fazer parte do projeto desde então⁸⁸.

3.4. Guerra aos Estados Unidos

No dia 5 de abril de 2009⁸⁹, o grupo faz uma outra denúncia: o vídeo *Collateral Murder*⁹⁰ mostrava em detalhes captados por uma câmera do helicóptero americano Apache AH-64, numa operação feita nas ruas de Bagdá pelos Estados Unidos em 2007. No vídeo, os soldados americanos confundem as câmeras fotográficas utilizadas pelos jornalistas com armas. Após alguma discussão pelo rádio, os soldados abrem fogo a um grupo de repórteres inocentes. Após o primeiro disparo, um veículo aparece para tentar resgatar um dos sobreviventes. Os americanos abriram fogo novamente contra o carro pensando que ela poderia pertencer a mesma organização dos “criminosos armados”, matando o motorista que havia saído do carro para tentar salvar o sobrevivente e ferindo duas crianças que estavam no banco da frente do veículo. Dentre os mortos estão os repórteres da agência Reuters: Saeed Chmagh e Namir Noor-Eldeen. Ao analisar as imagens a equipe do Wikileaks logo percebeu que a publicação do material causaria um impacto muito grande e por isso, necessitaria de um bom planejamento estratégico para decidirem a maneira pela qual divulgariam o vídeo.

Julian knew that they had to profit from the energy of the video to bring Wikileaks to the level he aspired to. He decided to put aside all other documents they had received. They had to focus on the American leaks and edit the Afghanistan War Logs, known simply as the War Logs. The associates produced it while bottling up their frustrations because nobody had time to argue. (Radermecker 2011:241)

As imagens chegaram ao Wikileaks por um soldado anônimo, que futuramente seria reconhecido devido a uma conversa pessoal exposta por um *hacker* norte americano chamado Adrian Lamo. O nome do soldado é Bradley Manning, um analista de inteligência do *Secret*

88 A atividade que o Wikileaks desempenhava desde então foi muito bem aceita na Islândia que enfrentava uma crise relacionada aos bancos. Assange concretizou muitas parcerias e grande parte dos novos membros do Wikileaks nessa altura eram islandeses.

89 2009 foi um ano bastante movimentado para o Wikileaks. Várias denúncias foram feitas: divulgação de conversas telefônicas entre políticos e empresas durante o caso conhecido como “O escândalo do óleo” no Peru em 2008; divulgação de 6,780 relatórios do congresso norte americano; documentos confidenciais do Barclays Bank cuja publicação pelo jornal “The Guardian” havia sido impedida; detalhes sobre um acidente nuclear no Irã causado por um worm chamado “Stuxnet”; divulgação dos documentos internos do Koupting Bank após a crise econômica na Islândia; publicação do “UK MoD Manual of Security” em três volumes, uma obra com instruções detalhadas sobre segurança militar em redes de computadores; 570,000 mensagens passadas durante o 11 de setembro pelo governo dos Estados Unidos; divulgação do caso “Climategate”, um escândalo relacionado a uma série de relatórios adulterados enviados pela comunidade científica para criar um falso “alarme global” acerca do meio ambiente; lista de sites ilegais que continham pornografia infantil na Austrália, Tailândia e Dinamarca.

90 O processo de obtenção e divulgação do vídeo também ficou conhecido como *Project B* (Radermecker 2011:162)

Internet Protocol Router Network (SIPRnet) em Bagdá. Antes de ter a sua identidade revelada e posteriormente ser preso em Guantánamo, Manning auxiliou o Wikileaks por mais três vezes.

Para além do vídeo *Colateral Murder*, as informações fornecidas por Manning resultaram ainda em duas grandes publicações acerca das guerras do Afeganistão e Iraque: *The War Diary*. As informações revelavam detalhes acerca do número de vítimas, locais de combate além de pormenores acerca da execução de cada estratégia realizada durante as operações de guerra. A terceira e talvez mais significativa denúncia de Manning diz respeito a publicação de 250.000 documentos diplomáticos⁹¹ trocados entre o governo americano e as embaixadas de vários países. A denúncia ficou conhecida como *CableGate*. Depois da primeira publicação, o número de documentos aumentou para 251.287. Bradley acreditava que de alguma forma, estava fazendo a coisa certa ao fornecer os documentos secretos:

“(…) if you had free rein over classified networks for long periods of time, say, 8-9 months, and you saw incredible things, awful things, things that belonged in the public domain, and not on some server stored in a dark room in Washington DC, what would you do? (...) Things that would have an impact on 6.7 billion people, say, a database of half a million events during the Iraq war from 2004 to 2009, with reports, date time groups, (...) casualty figures? Or 260,000 state department cables from embassies and consulates all over the world, explaining how the first world exploits the third, in detail, from an internal perspective?” (Leigh e Harding, 2011:161)

No dia 15 de março, o Wikileaks revela um plano americano para acabar com a organização. O relatório denominado “*US intelligence planned to destroy WikiLeaks*”, mostrava de que forma o governo americano planejava prender e punir os membros do grupo. Na época, a publicação desse relatório soou para muitos jornais, como uma maneira apelativa de conseguir novos recursos para o grupo e não tomou muito a atenção do público.

3.5. Bloqueio bancário e atual crise

Durante o julgamento de Assange⁹², a repercussão do caso *CableGate* trazia ainda mais problemas para o Wikileaks. Após a exposição dos documentos, o governo americano classifica Assange como um terrorista e acusa-o de crime conspiratório contra os Estados Unidos. Eles tentam provar que Assange teria ajudado Bradley Manning a “roubar” os documentos no caso *CableGate*. No entanto, Manning afirma que Assange não o auxiliou a acessar nenhum dos

91 Veja mais detalhes em <http://www.guardian.co.uk/world/2010/nov/28/how-us-embassy-cables-leaked>

92 Em agosto de 2010, um breve relacionamento afetivo entre Julian Assange e duas mulheres, Ana Ardin e Sofia Wilen, envolveu o editor chefe do Wikileaks em um escândalo sexual da qual ele ainda responde judicialmente na Suécia. Ele é acusado de estupro e agressão sexual. A acusação baseia-se no fato de que, segundo uma das parceiras, Assange, havia rompido proposadamente o preservativo e depois removeu-o sem o consentimento dela, o que na Suécia é caracterizado como estupro. Elas também alegam que Assange as havia forçado a manterem relações sexuais com ele. Assange nega as acusações. Ele foi julgado em Londres no dia 14 de dezembro e libertado mediante pagamento de 200 mil libras. Até a sua próxima audiência, Assange teve seu passaporte foi retido e submeteu-se a viver em liberdade condicional além de utilizar uma pulseira eletrônica que indica a sua localização. A promotora sueca entrou em recurso contra a liberdade condicional de Assange, que foi mais uma vez libertado pela justiça britânica após a negação do recurso. Em fevereiro de 2011, a justiça britânica determinou o extraviu de Assange para a Suécia. Assange afirma que entrará com recursos contra a decisão da justiça porque as acusações possuem intenções políticas e que ele não terá um julgamento justo na Suécia devido a algumas acusações feitas pelo primeiro ministro sueco contra ele.

documentos e que Assange apenas os publicou depois que Manning já os havia copiado e enviado. Se os americanos conseguirem comprovar o fato, Assange será acusado, julgado e se perder, será preso e deportado para Guantánamo.

Além das acusações contra Assange, o caso *CableGate* fez com que os Estados Unidos iniciasse um longo processo de implementações políticas contra o Wikileaks. O site foi submetido a um constante ataque DDoS (sigla para “Distribute Denial of Service”), além de ter o seu nome de domínio (wikileaks.org) cancelado. Vários espelhos que antes faziam uma cópia da hospedagem da página oficial do Wikileaks foram perdidos e informações foram destruídas. Bancos⁹³ foram impedidos de realizar quaisquer transações bancárias que estivessem de alguma forma relacionadas com o grupo. Esse bloqueio bancário destruiu 95% dos donativos que os grupos parceiros⁹⁴ faziam para manterem a organização, o que fez com o Wikileaks iniciasse uma grande campanha para angariar fundos através de doações de pessoas que se identificam com a causa da organização. A partir de então, a organização limitou significativamente a sua atuação e atualmente corre riscos de não mais existir.

Apesar das dificuldades financeiras, o Wikileaks publicou em abril de 2011, documentos confidenciais da prisão de Guantánamo. Em dezembro de 2011 o grupo iniciou a publicação de uma série de documentos acerca da “indústria da inteligência/espionagem” intitulados “Spy Files”. No entanto, a última publicação aconteceu no dia 27 de fevereiro de 2012, onde mais de 5 milhões de e-mails da companhia “Stratfor – Global Intelligence” foram divulgados.⁹⁵

93 PayPal, Visa, Mastercard, WesternUnion e Bank of America

94 Grupos como Associated Press, Los Angeles Times, National Newspaper Publishers Association, Anistia Internacional e tantos outros.

95 Alguns jogos sobre o Wikileaks também foram criados com o intuito de envolver as pessoas na temática do grupo. <http://wikileaks-stories.com/games/>

4. Metodologia

A metodologia desse trabalho é dividida em dois momentos principais: uma pesquisa bibliográfica e uma posterior análise do discurso sobre o texto editorial publicado pelo Wikileaks. O objetivo principal da pesquisa bibliográfica é contextualizar o tema do objeto de análise e trazer para a discussão os aspectos teóricos dos processos que relacionam a comunicação com outras teorias sociais. Contudo, o plano de estudos para a pesquisa bibliográfica consiste na leitura, análise e interpretação crítica de livros, periódicos e textos que tratam ou relacionam temas como cibercultura, política, tecnologias da informação e comunicação, poder e jornalismo afim de traçarem um apanhado multidisciplinar e plural das diferentes contribuições científicas sobre esses temas.

As principais fontes de pesquisa bibliográfica são obras disponibilizadas pela biblioteca da Universidade de Coimbra e também em textos e artigos online através das redes de publicação científicas ligadas a universidade como *Web of Knowledge*, *Elsevier Science Direct*, *b-ON*, *Encyclopedia of Life Sciences* e *Modern Language Association*. A página oficial do Wikileaks também é uma fonte importante de pesquisa na contextualização do tema bem como outros *websites* diretamente relacionados a essa organização como o *cryptome.org* e o jornal britânico *The Guardian*. Algumas publicações oficiais das Nações Unidas (*United Nations*) também fazem parte das fontes de consulta. O critério de escolha das obras não objetivou estabelecer uma seleção pela autoria, mas sim pela temática tratada em cada leitura. No entanto, pode-se afirmar que autores como Manuel Castells, Pierre Levy, Ronald Deibert e André Lemos possuem uma importância singular para a compreensão das teorias envolvidas nesse trabalho.

Já a metodologia da análise do discurso desse trabalho baseia-se nos estudos fundamentados na Historiografia Lingüística proposta por Michel Foucault em sua obra “A arqueologia do saber”. Esses estudos consistem em uma tendência crítica da metodologia da análise do discurso⁹⁶ onde a língua e conseqüentemente o discurso, são vistos como componentes importantes na construção histórica da sociedade. Fairclough e Wodak (1995: 271–280) sumariza os principais componente da análise crítica do discurso em oito pontos principais:

1. CDA addresses social problems
2. Power relations are discursive
3. Discourse constitutes society and culture
4. Discourse does ideological work

96 Muitos autores utilizam a sigla CDA (Critical Discourse Analysis)

5. Discourse is historical
6. The link between text and society is mediated
7. Discourse analysis is interpretative and explanatory
8. Discourse is a form of social action.

Segundo esse pensamento, o discurso não pode ser compreendido fora do contexto social a qual pertence e é portanto, um agente importante na construção histórica. Para eles, o arquivo também ocupa uma posição diferente do que um simples texto onde podemos retirar referências. Ele é um registro que traz em si, características de ordem no contexto social a qual pertence.

Na linha conhecida como “análise do discurso do lado da história”, a relação entre história e linguística aproxima o contexto social do discurso. Essa metodologia segue a proposta da criação do *corpus* de análise do discurso através da criação de um “trajeto temático” baseado nos ensinamentos de Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier no artigo “Efeitos do arquivo. A análise do discurso do lado da história”. Segundo os autores, o trajeto temático é construído a partir da compreensão de que a materialidade dos textos impõem uma ordem em sua interpretação, ou seja, o texto para ser analisado deve ser relacionado com a realidade social da qual faz parte. Para tanto, momentos históricos, relações políticas e outros acontecimentos de relevância devem ser levados em consideração na análise de um determinado assunto ou texto.

A análise do discurso portanto, segundo essa perspectiva histórica significa não somente a análise de um texto em forma isolada, mas sim como componente de um complexo conglomerado de outros dados que se relacionam direta ou indiretamente. Em suma, o texto não pode ser analisado separadamente de sua história.

Guilhaumou em seus estudos sobre a análise do discurso do lado da história, exemplifica esse modelo de análise em um texto sobre a questão da subsistência na França a partir do ano de 1770. Nesse exemplo, o autor traça um trajeto temático cujo objetivo não seja analisar os alimentos, mas sim o contexto social dos alimentos, ou seja, a alimentação ou o ato de alimentar-se. Ele utiliza como elementos de análise, documentos impressos, jornais, livros, cartazes e etc. A partir de uma contextualização geral da questão da subsistência através da história, o autor em sua análise, encontra o “pão” como um objeto de encontro entre a questão da subsistência e o contexto social da época. O “pão” na análise da subsistência não é um termo ou objeto central presente no texto que deve ser analisado, e sim uma maneira de socializar o contexto da subsistência na sociedade.

Ou seja, o autor cria em seu trajeto temático uma espécie de “horizonte de expectativas” a serem analisadas a partir de seus aspectos presentes na sociedade a partir da escolha de um termo (neste caso, “pão”). Ele relaciona os trechos do discurso com a história da qual ela se insere de forma não explicitamente escrita nas linhas originais. Segundo o autor, o texto a ser analisado não

começa quando a primeira palavra é escrita e também não termina em uma última sentença. O texto é um elemento volúvel. As linhas escritas servem como sulcos para outros textos que devem ser relacionados simultaneamente.

Retornando a explicação do exemplo Guilhaumou traz a discussão do termo “pão” ao descrever em algumas linhas o contexto social da votação das leis sobre o preço dos alimentos. Mais a frente, ele continua a sua análise relacionando o preço do pão com as revoltas sociais. Para isso, o autor descreve a relação de significados que as palavras do texto escrito possuem com os gritos de protesto dos revolucionários franceses ao exigir as mudanças que precisavam “Pão! Pão! Dá-nos pão imediatamente!”. Assim, a temática da subsistência, em seu contexto social (pão para o povo), está diretamente associada com as mudanças políticas através da conexão entre pão e liberdade na revolução francesa.

Dessa forma, o termo “pão” somente fora detectado como um elemento importante na interpretação da subsistência na revolução francesa na análise de Guilhaumou, a partir do momento em que o autor detecta a frequente utilização do termo em diferentes materiais selecionados para a análise. De maneira geral, a escolha do termo está diretamente relacionada a necessidade de unir o aspecto social da “alimentação” com o tema “subsistência”. Portanto, a definição dos termos que serão relacionados aos conceitos para a análise dependerão da maneira pela qual a história e o contexto social de um determinado tema estará relacionado no texto. Assim, o critério de escolha dos mesmos também pode variar, desde que exista uma explicação plausível sobre a escolha.

4.1. Descrição do *Corpus* de análise

O objetivo da análise do discurso não é o de descobrir algo novo, mas sim de fazer uma outra interpretação para o entendimento daquilo que já existe dentro do texto. Dessa forma, os primeiros capítulos desse trabalho são importantes porque trazem uma retrospectiva histórica daquilo que será parte constituinte do *corpus* a ser analisado. O *corpus* é constituído por uma junção entre ideologia, história e linguagem utilizada no texto. Para a construção deste *corpus*, alguns termos “chave” serão selecionados para que a relação entre o tema e o texto seja criada. Michael Stubbs resume o conceito de “texto” e “corpus”:

A text is any stretch of naturally occurring language in use, spoken or written, which has been produced, independently of the analyst, for some real communicative purpose. A corpus is a large collection of computer-readable texts, of different text-types, which represent spoken and/or written usage. (Schiffrin, Tannen e Hamilton 2003:305)

Os termos-chave também servirão para a criação do contexto social necessário na delimitação do trajeto temático onde a repercussão do caso também será um componente importante para a análise. Serão escolhidos os resultados obtidos através do software SEO (Search Engine

Optimization) aplicado às páginas do Wikileaks. A função desse software é detectar os termos mais utilizados em uma determinada página (chamado de “densidade de termos”) através do seu código fonte (neste caso HTML). Dessa forma, os termos escolhidos funcionam como eixos de junção interpretativa entre o trajeto temático e contexto social do texto.

O software SEO escolhido para a seleção dos termos é o “SEOquake”, um plugin gratuito desenvolvido para o navegador Mozilla Firefox. Um software de utilização fácil e simples com uma apresentação de resultados em maneira organizada e clara. Os termos selecionados pela frequência de repetição das palavras através do SEOquake dizem respeito ao texto editorial do Wikileaks⁹⁷. Isso não significa, no entanto, que a análise será feita utilizando todas as palavras encontradas pelo software, mas sim que apenas algumas delas serão selecionadas e utilizadas. Este processo de escolha dependerá do trajeto temático e da relação que cada palavra estabelece no contexto social. Somente assim poderemos unir o trajeto temático com o contexto social.

Os termos-chave usados para a análise encontram-se relacionados na tabela 1 em anexo. O campo “URL” diz respeito ao link da qual o software SEOquake efetivou sua análise. Já os campos “Keyword” e “Repeats” correspondem respectivamente a palavra-chave e a quantidade de vezes que essa palavra repetiu-se no código fonte da página. O texto para a análise referente ao caso *CableGate* intitula-se “What is Wikileaks?”, originalmente escrito em inglês e publicado pelo Wikileaks em sua página oficial.

Segue a seguir a relação dos termos-chave em sua respectiva quantidade de repetições: Wikileaks(57), media(28), government(27), information(20), press(18), people(15), documents(15), corruption(14), corporations(14), report(13), wikileaks has(14), publication of(9), the world(9), the public(8), wikileaks is(7), the truth(7), - publication(7), freedom of(6), the pentagon(6), a free(6), the pentagon papers(5), a free press(4), original source material(3), our news stories(3), around the globe(3), anonymous drop box(3), to the world(3), of free speech(3), 2009 – publication(3), conversation with julian(2), 2009 – publication of(3), in conversation with julian(2), conversation with julian assange(2), with julian assange part(2), wikileaks is a (2), the original source material(2), we do not censor(2), government corporations and other(2), journalistic media plays a(2), in its landmark ruling(2).

4.2. Trajeto temático

O trajeto temático desse trabalho diz respeito ao livre acesso a informação e da noção da verdade⁹⁸ nos meios de comunicação e informação. Uma maneira interessante de começar a descrever o trajeto temático consiste em fazer uma crítica à história do Wikileaks que vai desde a

97 <http://www.wikileaks.org/About>

98 Este tema será tratado com mais detalhes no tópico 5.2

sua criação em 2006 até os dias de hoje. Isso porque o Wikileaks é uma consequência do legado da pós-modernidade onde os valores participativos da democracia passam a ser criticados e alterados. Algumas frases de *merchandising* disseminadas pelo grupo em seus produtos nos ajudam a reconhecer essa relação de crítica à política democrática: “*Courage is contagious*”, “*Truth will out*”, “*Support whistleblowers, support transparency in government*”, “*Opening governments*”, “*Don't shoot the messenger*”, “*What does censorship reveal? Reveal fear*”, “*Viva la información*”. Outros termos-chave trazidos pelo SEOquake também nos remetem a essa relação crítica: “*we do not censor*”, “*journalistic media plays a*”, “*freedom of*”, “*a free*” e “*original source material*”.

Uma breve interpretação dessas frases e termos nos levam imediatamente a reconhecer que a ideia de livre circulação da informação talvez seja um conceito importante para o estudo do Wikileaks. Elas remetem a conceitos e ideias bastante características da pós-modernidade e da cibercultura como a “verdade libertadora” e a “transparência nos governos”⁹⁹. Eles fazem parte de uma crítica ao modelo convencional de política iniciado pela década de 70 onde a informação torna-se parte do processo democrático como um instrumento da transformação do processo político.

A livre circulação da informação, portanto, é um elemento importante na constituição do trajeto temático porque ela associa a imagem institucional do Wikileaks com os impactos consequentes das denúncias feitas pelo grupo. A ideia de “livre informação” pelo Wikileaks também está relacionada com a noção de “verdade” que por sua vez mantém uma interessante dependência com o “não dito”. O trajeto temático portanto tratará ainda dessa relação, onde o “não dizer” ou a “omissão” é muitas vezes representada pelo grupo pelo valor da “mentira” ou o “segredo” que deve ser quebrado ou revelado.

Como a própria metodologia da análise do discurso do lado da história nos sugere, o trajeto temático não pode ser compreendido sem o contexto histórico da qual ele faz parte. Para isso, os primeiros capítulos desse trabalho são importantes pois a descrição do processo de interação social no meio digital e consequentemente o contexto da política na cibercultura acompanham os aspectos sociais presentes nos debates que o Wikileaks parece criar com as suas denúncias. São exemplos desses debates o novo papel social das mídias, a tecnologia como um instrumento da política e a transparência.

A confidencialidade dos documentos e a exposição daquilo que antes não estava acessível publicamente ilustra novamente a crítica aos padrões modernos de política e participação democrática, fenômeno consequente da Internet através da cibercultura. Esse fenômeno também nos leva a compreender que a partir da saturação midiática causada pelo surgimento de novas técnicas e tecnologias da comunicação, outros paradigmas relativos a verdade das informações tornaram-se necessários. O Wikileaks é uma consequência desse processo. Por isso, o trajeto

99 Consultar a história do movimento pró-transparência nos Estados Unidos (Sifry, 2011:65)

temático acompanha também a compreensão da realidade das sociedades marcadas pela informação e pela noção globalizada de cultura e política. Ao avaliar brevemente o fenômeno do acesso democrático aos meios de comunicação, podemos entender melhor essa interdependência entre o acesso e o impacto das denúncias trazidas pelo Wikileaks: todas elas dependem da maturação de um longo processo de inclusão da tecnologia nos aspectos mais simples e complexos da vida social e cultural dos diferentes governos e cidadãos, além da incorporação da informação e da comunicação como elementos constitutivos da cultura e da dinâmica social. Esse impacto relativo à ideia de acesso às informações colocadas no trajeto temático depende, portanto, da inclusão digital e da democratização dos meios de comunicação.

5. Resultados e Discussão

Remetendo ao trajeto temático, um dos pontos a serem esclarecidos na análise do caso *CableGate* passa pela significação do “não dizer” sob a ótica do Wikileaks. No decorrer do texto referente ao editorial do site, o grupo aborda de forma direta e indireta os temas acerca da falta de informação ou da omissão por parte das fontes oficiais, órgãos de comunicação e governos. Nessa abordagem, a omissão é associada ao sentido genérico de “silêncio” ou “falta de transparência”. De acordo com o software utilizado para essa análise, palavras bastante utilizadas como *government, corruption, press, document e the truth* nos ajudam a compreender o contexto do “não dizer” no sentido que o texto acerca do editorial do Wikileaks traz. É importante notar que o uso desses significados no texto também parecem estar diretamente associados com a forma pela qual o Wikileaks posiciona-se politicamente diante do tema do “não dizer” ao falar sobre democracia ou acerca do papel democrático assumido ou não pelos media. A transparência, portanto também possui no texto um sentido de instrumento democrático, como sugere alguns trechos:

(...) we observed the world’s publishing media becoming less independent and far less willing to ask the hard questions of government, corporations and other institutions. (...) Publishing improves transparency, and this transparency creates a better society for all people. Better scrutiny leads to reduced corruption and stronger democracies in all society’s institutions, including government, corporations and other organisations. A healthy, vibrant and inquisitive journalistic media plays a vital role in achieving these goals. We are part of that media. (Wikileaks, 2012)

Ainda sobre a significação da omissão, é interessante analisar também a sua relação com o tema da censura. Nessa relação, a omissão parece ganhar um sentido não apenas de “falta de transparência” ou “silêncio”, como anteriormente enunciados, mas sim, segundo o texto, de “falta de liberdade”. Ao descrever de que maneira a linha editorial da organização funciona, o Wikileaks transparece uma preocupação em explicar de que maneira acontece a remoção de conteúdos da página na tentativa de distinguir as decisões editoriais do ato de censurar ou omitir as informações. Observamos então que, nesse contexto, as implicações relacionadas ao tema “omitir” possui ainda um outro significado: um ato de proteção à liberdade daqueles que contribuem para o Wikileaks.

As the media organisation has grown and developed, WikiLeaks been developing and improving a harm minimisation procedure. We do not censor our news, but from time to time we may remove or significantly delay the publication of some identifying details from original documents to protect life and limb of innocent people. (Wikileaks, 2012)

O tema acerca da significação do não dizer também está presente na crítica que o Wikileaks faz aos media, onde a organização descreve a si mesma como uma organização de destaque em relação aos outros veículos de comunicação por disponibilizar a informação na íntegra e por não ter como objetivo principal a competição pelo mercado. O sentido de “compartilhamento da informação” também estabelece uma relação de significado com a omissão no texto ao acrescentar que o Wikileaks não estaria “mesquinhando” informações, mas sim disponibilizando-as em

parceria com outras mídias para que as pessoas possam descobrir por si mesmas o que é de fato a verdade:

WikiLeaks has provided a new model of journalism. Because we are not motivated by making a profit, we work cooperatively with other publishing and media organisations around the globe, instead of following the traditional model of competing with other media. We don't hoard our information; we make the original documents available with our news stories. Readers can verify the truth of what we have reported themselves. Like a wire service, WikiLeaks reports stories that are often picked up by other media outlets. We encourage this. We believe the world's media should work together as much as possible to bring stories to a broad international readership. (Wikileaks, 2012)

Aqui os sentidos acerca da “transparência”, “omissão” e “verdade” passam a adquirir ainda um outro sentido, já que o texto sugere que o Wikileaks ao fazer as denúncias não preocupa-se em utilizá-las para convencer as pessoas daquilo que é de fato a verdade, mas sim para mostrar-lhes um outro ponto de vista acerca dos fatos.

Ao mesmo tempo, o tema acerca da veracidade parece conectar o tema do “não dizer” ou do “omitir” com a crítica acerca da posição assumida pelos media no processo democrático das sociedades: em vários pontos a organização parece classificar o papel da mídia e também o seu próprio papel como “instrumentos ou ferramentas da legitimação da democracia” ao disponibilizar para o público, determinadas funcionalidades que permitiriam uma interpretação mais detalhada da política e da realidade como um todo¹⁰⁰. Isso significa ainda que o Wikileaks estaria, de acordo com o texto, publicando na íntegra as informações referentes as denúncias jornalísticas porque ele supostamente se preocupa com o fato de que o leitor deve interpretar e descobrir por si mesmo a verdade daquilo que os dados publicados lhe apresentam¹⁰¹.

Publishing the original source material behind each of our stories is the way in which we show the public that our story is authentic. Readers don't have to take our word for it; they can see for themselves. In this way, we also support the work of other journalism organisations, for they can view and use the original documents freely as well. Other journalists may well see an angle or detail in the document that we were not aware of in the first instance. By making the documents freely available, we hope to expand analysis and comment by all the media. Most of all, we want readers know the truth so they can make up their own minds. (Wikileaks, 2012)

Um pouco mais a frente no texto, ao descrever a relação entre o “jornalismo investigativo, o bom governo e a saúde das sociedades”, o Wikileaks novamente critica a falta de transparência e classifica o livre acesso as informações como o real instrumento da política participativa que a mídia é capaz de proporcionar. Mais uma vez, a denúncia jornalística aparece no texto como um importante elemento de transformações históricas.

Principled leaking has changed the course of history for the better. It can alter the course of history in the present, and it can lead us to a better future.(...) Yet the public and the media know nothing of this urgent and shocking information. Indeed, secrecy laws are being used to keep the public ignorant of gross dishonesty practised by their own government. (Wikileaks, 2012)

Segundo o texto, a mesma transparência de informações acarretaria também uma abertura

100 Interessante notar que essas características são bastante presentes no modelo *muckraking* de jornalismo investigativo

101 Um outro ponto interessante de análise porque a organização demonstra um interesse em assumir uma posição imparcial diante dos fatos, o que nos remete ao modelo de jornalismo dos anos 50.

política, o que eles chamam de “*open governments*”. Podemos compreender pois que o sentido da abertura das informações está diretamente relacionada com uma possível melhoria da democracia.

(...)Which official will chance a secret, corrupt transaction when the public is likely to find out? What repressive plan will be carried out when it is revealed to the citizenry, not just of its own country, but the world? When the risks of embarrassment and discovery increase, the tables are turned against conspiracy, corruption, exploitation and oppression. Open government answers injustice rather than causing it. Open government exposes and undoes corruption. Open governance is the most effective method of promoting good governance. (Wikileaks, 2012)

Conclui-se então que o significado do “não dizer”, da “omissão” e da “transparência” das informações possuem um papel importante na compreensão do Wikileaks em seus aspectos conceituais. Esses significados presentes no texto carregam em si, a descrição de um comportamento político que a organização afirma seguir. Apesar do Wikileaks apresentar-se no texto como uma instituição criadora de um “novo modelo de jornalismo”, a história acaba provando o contrário, já que iniciativas parecidas já existiam no jornalismo desde 1870.

A partir da pós-modernidade nos anos 60, inúmeras tendências midiáticas surgiram tendo como objetivo a crítica do modelo de jornalismo clássico dos anos 50 e a proposição de uma comunicação mais participativa e interativa (Christofoletti e Oliveira, 2011:231), o que prova mais uma vez que a visão que o Wikileaks possui acerca da relação entre a mídia e o processo de transparência e abertura política também não é nova. No entanto, apesar de não significar o surgimento de um “novo modelo de jornalismo” como afirma o site, o Wikileaks é responsável por transformar ou influenciar algumas dinâmicas do processo de construção da informação noticiosa, como veremos agora.

5.1.A relação com o jornalismo.

Alguns aspectos na relação do Wikileaks com o jornalismo devem ser levantados para compreendermos melhor a significação do trajeto temático acerca do livre acesso a informação e da noção da verdade nos meios de comunicação e informação.

Para além da compreensão histórica, é ainda demasiado cedo para afirmar que o Wikileaks trouxe de fato um novo modelo para o jornalismo porque esse julgamento pode estar atualmente contagiado com uma série de deslumbramentos positivos e negativos acerca da organização e das suas produções recentes. Porém deve-se reconhecer que o Wikileaks e o *CableGate* marcaram um momento importante para o jornalismo porque eles são o resultado de um trabalho conjunto em modelo colaborativo antes pouco aplicado entre os veículos e os profissionais da mídia (*crowdsourcing*)¹⁰². O que podemos compreender em primeira instância na relação entre o jornalismo e o Wikileaks é que os processos da investigação sofreram alterações não a nível

¹⁰²O *crowdsourcing* é um modelo de cooperação, de trabalho colaborativo de busca conjunta de soluções, mais frequentemente usado na área da tecnologia.

metodológico, mas sim nas conexões entre fontes, no tratamento das informações e na interação entre jornalistas e profissionais de outras áreas do conhecimento.

Portanto, a mudança para o jornalismo não altera ou cria um outro jornalismo, mas sim muda as relações que estes profissionais anteriormente estabeleciam.

O WikiLeaks pode ajudar o jornalismo a mudar aspectos de sua técnica e ética. Veja-se o caso do “CableGate”. Cinco veículos muito distintos trabalharam de forma coordenada para publicar as informações de forma exclusiva, deixando seus concorrentes diretos para trás. Foi necessário muito planejamento, a articulação de esforços conjuntos para organizar os materiais prioritariamente publicáveis; foi preciso confirmar dados e cruzar informações de forma a transformar aqueles dados brutos em conteúdos informativos qualificados. Jornalistas precisaram aprender a ter paciência e a guardar segredos durante meses inteiros antes da publicização. Jornalistas precisaram aprender a trabalhar de forma cooperativa. (Chistofolletti e Oliveira, 2011:235).

Algumas mudanças técnicas também marcam esse momento de “novidades” para o jornalismo. O modelo colaborativo proposto pelo Wikileaks representa um deles. O caso *CableGate* foi a prova de uma extensa estratégia de divulgação que pudesse ao mesmo tempo, não expor as fontes aos riscos advindos da publicação das denúncias, chamar a atenção desejada, vender a imagem de credibilidade e ao mesmo tempo, impedir com que determinadas interferências políticas de governos ou organizações pudessem de alguma forma, interferir de maneira negativa no processo.

Foi preciso encontrar soluções tecnológicas para lidar com a montanha de dados, e inclusive para manter o site WikiLeaks na rede. Isto é, cuidados técnicos adicionais foram incorporados à prática jornalística e precauções éticas foram reforçadas nesse processo. Esses ajustes não são inéditos de maneira isolada, mas a sua conjugação e nessas dimensões é inovadora. A complexidade técnica da operação – tratar jornalisticamente uma quantidade imensa de dados, difundir seus produtos de forma coordenada transnacionalmente e resguardar os cuidados éticos com a fonte e os citados nos documentos – demanda esforços sobressalentes para seu êxito. (Chistofolletti e Oliveira, 2011:235).

No entanto, ao mesmo tempo em que o Wikileaks parece trazer à tona uma discussão acerca da incorporação de novos processos à técnica jornalística, ele também “adapta” o jornalismo clássico a um modelo específico de produção a qual a organização afirma ter criado. É importante lembrar que o Wikileaks não foi o primeiro a estabelecer as complicadas relações que os políticos possuem com os jornalistas e as empresas de comunicação. Tão-pouco inventou o chamado “furo” jornalístico. Também não inventou ou acrescentou nada sobre a relação diplomacia - segredos de Estado ou mesmo sobre a ética jornalística. Todos esses elementos já existiam muito antes do Wikileaks e já possuíam seus próprios conceitos críticos, suas próprias problemáticas, debates e implicações¹⁰³.

Talvez a relação do Wikileaks com o jornalismo não seja necessariamente de novidade ou revolução, mas sim de complementaridade ou de apropriação reconstrutiva. Em vários momentos durante o texto editorial¹⁰⁴ por exemplo, o grupo afirma que traz um novo modelo de jornalismo, mas ao mesmo tempo afirma utilizar métodos clássicos de investigação jornalística adaptados as

103 O wikileaks pode ser considerado como uma prática de *muckraking*

104 *About Wikileaks*. <http://www.wikileaks.org/About>

tecnologias da informação em rede. Afirma ainda ser uma organização midiática sem fins lucrativos cuja equipe constitui-se de membros de diversas áreas do conhecimento além de desenvolver suas próprias tecnologias afim de cumprir os seus objetivos e propósitos. Ou seja, na maneira de apresentar-se ao público, a organização demonstra funcionar sob um modelo plural que varia entre uma “novidade no modelo jornalístico” e uma “adaptação do jornalismo investigativo clássico”.

WikiLeaks has provided a new model of journalism (...) WikiLeaks is a not-for-profit media organisation. Our goal is to bring important news and information to the public. (...) The group includes accredited journalists, software programmers, network engineers, mathematicians and others. (...) We use traditional investigative journalism techniques as well as more modern technology-based methods. (...) WikiLeaks has worked to report on and publish important information. We also develop and adapt technologies to support these activities. (Wikileaks, 2012)

A relação de mudança/complementação/reconstrução que o Wikileaks estabelece com o jornalismo parece estar também na maneira pela qual a organização distribui a sua informação entre os diversos profissionais e empresas. Como dito anteriormente, a intenção desse modelo de distribuição é claramente a de criar uma espécie de *press pool*¹⁰⁵ jornalístico num modelo de produção em *crowdsourcing*, onde os profissionais pudessem compartilhar da mesma fonte informativa e assim, construírem em um único modelo colaborativo, produtos informativos derivados da informação original: notícias, reportagens, artigos, documentários e etc. No entanto, o modelo pareceu não funcionar muito bem porque segundo o próprio o Wikileaks, o grupo não soube investir suficientemente em organização e incentivos que pudessem motivar os jornalistas a desenvolverem novos produtos a partir das informações brutas divulgadas pelo grupo. Além disso, o modelo de produção em *crowdsourcing* propunha a substituição da assinatura individual em cada reportagem pela assinatura coletiva, o que acabou não atraindo muito os jornalistas.

Em outras palavras, o modelo em jornalismo em *crowdsourcing* proposto pelo Wikileaks teve de criar incentivos para conseguir sanar o problema do escasso tempo da qual dispõem os jornalistas em criar reportagens e notícias acerca da imensa quantidade de dados que o Wikileaks disponibilizava. Um outro problema que precisava ser superado diz respeito a própria visão crítica que o modelo de produção em *pool* traz ao jornalismo.

A formação de pools de cobertura comumente é vista de maneira negativa pelos jornalistas. Tanto por motivos mercadológicos pois contraria a exclusividade – quanto por questões éticas – o pool pode resultar na pasteurização das versões no jornalismo, extinguindo a heterogeneidade informativa, a pluralidade no noticiário. Grande parte do impacto e do alcance do episódio do “CableGate” se deve ao fato de a notícia ter saído simultaneamente em quatro jornais e uma revista. Depois disso, trabalhar de forma colaborativa – em pool – ainda contraria nossas convenções éticas? (Chistofolletti e Oliveira, 2011:237).

A tentativa de resolução desse problema, acabou estabelecendo uma nova relação do Wikileaks para com o jornalismo. Ao tentar incentivar os jornalistas, o grupo procurou abrir parcerias com grandes empresas de comunicação afim de cumprir dois objetivos: criar para o

¹⁰⁵ Expressão que representa o ato de compartilhar uma mesma fonte de informação em um determinado tipo de cobertura jornalística. O *press pool* é bastante comum em coberturas de eventos onde apenas um jornalista possui a permissão para entrar no local da cobertura.

público e para os profissionais da comunicação uma imagem de confiança e credibilidade acerca daquilo que o Wikileaks publicava em seu site e ampliar ainda mais a divulgação daquilo que o grupo produzia numa estratégia de impedir com que a informação original se perdesse. Ou seja, para que as mudanças propostas pelo Wikileaks acontecessem, o “novo modelo de jornalismo” precisou ser “apadrinhado” ou “acolhido” pelo modelo antigo que garantia-lhe os elementos necessários para que a publicação das informações continuassem. Essa relação transparece uma espécie de “dependência de credibilidade” que a nova instituição jornalística possui para com a clássica.

A dependência talvez seja responsável por manter viva a necessidade de entrosamento entre esses dois momentos do jornalismo que parecem interdependem-se. Em outras palavras, o “novo modelo de jornalismo” necessitou do apoio do “velho modelo de jornalismo” para conceder-lhe credibilidade. Neste caso, a recíproca também acabou se revelando verdadeira: os velhos jornais viram essa oportunidade de parceria como uma maneira interessante de modernizarem-se, apesar de ao mesmo tempo compreenderem que ao apoiar projetos como o Wikileaks, estariam correndo determinados riscos políticos. O jornal *The Guardian* talvez seja o exemplo mais clássico.

(...)WikiLeaks says it is now planning to post a selection of the cables. Meanwhile, a Guardian team of expert writers has been spending months combing through the data. Freedom of information campaigner Heather Brooke obtained a copy of the database through her own contacts and joined the Guardian team. The paper is to publish independently, but simultaneously with the New York Times and Der Spiegel, along with Le Monde in Paris and El País in Madrid. As on previous occasions the Guardian is redacting information likely to cause reprisals against vulnerable individuals. (The Guardian, 2010)

Esse momento de interdependência torna-se bastante notório ao observarmos um dos “concorrentes” mercadológicos do Wikileaks lançado pelo jornal *Wall Street* em maio de 2011 chamado *Safehouse*. A ideia seria atrair a publicação de denúncias relativas a casos de abuso de poder, fraude, desonestidade por parte das autoridades e etc. Seguindo os passos do Wikileaks, o *Safehouse* também criou a sua própria “plataforma pró-furo jornalístico” onde as pessoas poderiam de maneira sigilosa e segura, contribuir para o jornal. O mesmo aconteceu com a *Al-Jazeera* através do *Transparency-Unit*. Esses exemplos mostram também que o mercado soube absorver bem essa suposta “nova onda de denúncias jornalísticas”. Mesmo que a intenção inicial do Wikileaks não fosse essa¹⁰⁶.

Uma outra relação interessante parte do entendimento de que o Wikileaks serve não como uma fonte de informações como outro jornal qualquer. Segundo esse raciocínio, as montanhas de dados fornecidos pelo Wikileaks são ferramentas, ou alternativas de verificação de dados que possam vir a ser úteis aos jornalistas. Essa visão do uso dos dados como uma ferramenta jornalística¹⁰⁷ manifestou-se mais concretamente através do advento do *data-driven journalism* e *database*

106 O Wikileaks critica em vários momentos o mercado midiático.

107 *Journalism in the Age of Data*. <http://datajournalism.stanford.edu/>

journalism a partir de meados de 2007¹⁰⁸. No entanto, isso não significa que o Wikileaks tenha de fato inovado ao fazer uso de algumas técnicas e tecnologias em suas publicações ou em seus *databases*, como é o caso do *CableGate*.

Do ponto de vista do uso de redes digitais, o Wikileaks para obter informações, articular informantes e apurar os fatos, usou ferramentas básicas muito conhecidas na rede. Nem mesmo a sobrecarga de acesso aos sites de grandes corporações financeiras obtidas pelo uso da técnica de um DDOS (Distributed Denial of Service) é recente.(...) Também o uso de criptografia forte para proteger a comunicação de dados entre os apoiadores do Wikileaks não é inovador. A rede e o software TOR, por exemplo, têm sido usados desde 2002 por diversos ativistas dos direitos humanos, inclusive na China. (Silveira, 2011:152)

Se a técnica utilizada no *CableGate* não trouxe grandes novidades para o jornalismo investigativo, o debate acerca da liberdade de imprensa parece ter ganhado um foco diferente depois da publicação do caso. A exposição dos documentos e a subsequente reação da imprensa e dos governos diante do *CableGate* acabaram gerando determinados tipos de questionamento que sugeriam que a mídia em seu modelo convencional não estaria preparada para exercer a verdadeira liberdade de imprensa da qual ela tanto luta. O questionamento parte do princípio de que o modelo atual de comunicação não consegue superar a sua lógica de mercado, o que impossibilita com que grandes denúncias como o *CableGate* aconteçam, sem antes serem negociadas ou censuradas pelos governos ou grandes empresas. Este é um questionamento que aponta para o crescimento de uma certa “impotencialidade” da imprensa ou “falta de iniciativa” jornalística para denunciar determinados tipos de problema. É interessante acrescentar no entanto que uma vez sanados os problemas de iniciativa, a publicação das denúncias acabam gerando determinados incentivos para a imprensa. A cobertura sobre o *CableGate* é um exemplo¹⁰⁹: após a sua publicação, outras possibilidades de abordagem surgiram para outros veículos que não o Wikileaks. Pelo menos 5.374 mensagens do *CableGate* foram utilizadas como fonte para a produção de cerca de 1.994 publicações da imprensa em 227 veículos de comunicação diferentes. Nesse sentido, “correr riscos” dentro da atividade jornalística talvez signifique “incentivar a produção da notícia”.

Um outro ponto interessante acerca desse debate diz respeito a independência da imprensa com relação a escolha dos fatos as quais se deve ou não divulgar ou publicar. Exemplos como o Wikileaks representam um conjunto de novas iniciativas que procuram reconquistar a posição independente e autônoma de “cão de guarda” que a imprensa investigativa possuía em vários momentos de sua história (Melo, 2011:270).

5.2. As redes de poder e a busca pela explicitação da verdade

A discussão sobre o poder, tratado nos capítulos anteriores nos permitem agora traçar uma análise detalhada sobre a relação entre o jornalismo investigativo e o Estado na Internet a partir do

108 Nesse sentido, consultar opencorporates.com, everyblock.com, mysociety.org, www-958.ibm.com e outros.

109 Consultar a relação completa na tabela em anexo: *Cobertura dos media sobre o caso CableGate*

exemplo do Wikileaks. A relação de conflitos entre os interesses da denúncia investigativa e os segredos de Estado existem desde os primórdios do jornalismo investigativo e se estenderam ao longo da história na medida em que os métodos de investigação eram aprimorados através das tecnologias. Ao fazer denúncias, o jornalista coloca em causa o poder do Estado e suas políticas consequentes. Isso faz do jornalista um sujeito politicamente ativo que luta pelo poder mesmo que de forma inconsciente.

Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o "poder pelo poder", ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder. (Weber, 1974:98)

Ao analisar o curso da história do jornalismo investigativo, entendemos que suas metas e objetivos profissionais são fundamentalmente políticos, já que o ato de denunciar possui como propósito promover um determinado tipo de impacto social¹¹⁰. Ao mesmo tempo, as atuais redes de produção jornalística através da Internet parecem ter transformado a relação entre os cidadãos e o poder. O jornalista, tornou-se não apenas um mediador passivo das informações transitadas entre o Estado e a sociedade, mas também um participante que cumpre um papel de colaboração ativa nos acontecimentos dentro ou fora das redes que transformaram gradativamente a profissão do comunicador social devido as novas possibilidades de interação e participação pública.

Abundant information, connectivity, and time are just the technical ingredients needed to foster an explosion of civic activity; it is the growing presence of this huge and dynamic mass of people that is actually driving the changes we are living through. It helps, of course, that the Internet is an "lean forward" medium full of invitations to join, participate and create your own content, compared to the "lean back" media of television, radio and newsprint. As Tom Matzzie, onetime director of online organizing for the AFL-CIO and then for MoveOn, once said to me, "you can't buy your way to success on the Internet. You can't buy a twenty percent open rate on your emails. You have to be the real deal" (Sifry, 2011:62)

Outras possibilidades do exercício do poder político e comunicativo também surgiram depois da Internet. Novas redes de influência se formaram a partir das potencialidades que as tecnologias da comunicação traziam (Castells, 2009:72). A relação conflituosa entre os poderes da comunicação (através dos interesses da liberdade de imprensa) e os poderes políticos (através dos princípios dos segredos de Estado) marcam não somente os veículos de comunicação de massa como a TV, o Rádio e os Jornais mas também veículos de comunicação mais interativos que surgiram depois da Internet como por exemplo o Wikileaks.

(...) a expressão poder comunicacional é empregada como definidora do grau de autonomia que um indivíduo ou coletivo possui para obter informações e para disseminar conteúdos independentemente da vontade de outros indivíduos e coletivos. O poder comunicacional sempre é relacional, deve ser entendido como posições historicamente adquiridas que permitem uma maior ou menor capacidade de empregar estratégias de poder a partir dos arranjos comunicativos. (Silveira, 2011:152)

Esse seria portanto o real poder dos veículos de comunicação diante das redes: não necessariamente o poder político, mas sim o poder sobre o sobre a autonomia de comunicar. Esse tipo de poder possibilitado pelas redes de informação estaria garantindo não apenas novas

110 Os propósitos do jornalismo investigativo encontram-se melhor descritos no capítulo 1

possibilidades de independência das mídias comerciais como também independência da antiga relação dos Estados e governos para com os jornais e outros veículos de comunicação. Nesse sentido, torna-se muito complexo buscar compreender o real limite do poder autônomo de comunicar nas redes. Do que ele é realmente capaz? O poder da comunicação também é o poder da política?

Pero ¿quién ostenta el poder en las redes dominantes? ¿Cómo opera el poder en red? Como dije antes, el poder es la capacidad relacional para imponer la voluntad de un actor sobre la de otro sobre la base de la capacidad estructural de dominación integrada en las instituciones de la sociedad. Según esta definición, la cuestión de quién ostenta el poder en las redes de la sociedad red podría ser muy sencilla o imposible de responder. *network power* (Castells, 2009:74)

Talvez a contribuição mais importante que o Wikileaks tenha trazido para o debate acerca do exercício do poder nas redes comunicativas tenha sido a possibilidade de questionar os reais limites entre o atual papel do jornalista munido pelas tecnologias da comunicação e o real exercício do poder político dos Estados na Internet através do caso *CableGate*. No sentido de compreender esses limites, o Wikileaks propõe em vários trechos do seu texto institucional, um retorno a postura politicamente ativa por parte dos jornalistas diante dos fatos. Ou seja, o limite entre o poder político e o poder comunicativo para o Wikileaks estaria simplesmente na intencionalidade da explicitação da verdade dos fatos que não deve cumprir apenas um papel informativo, mas também de conscientização e transformação social. Essa “nova postura jornalística” proposta pelo Wikileaks pode ser interpretada como a junção dos antigos métodos de investigação advindos da tradição do *muckraking* com as novas possibilidades participativas das redes. Essa proposição de mudanças na postura jornalística acabou explicitando um cenário complexo de luta de influências na comunicação a partir da denúncia de determinados fatos.

É possível afirmar com toda segurança que uma das grandes implicações do fenômeno Wikileaks, mais do que as revelações sobre os vazamentos, foi o esclarecimento da opinião pública internacional de que as grandes corporações podem tentar anular a liberdade de expressão pelo controle que possuem da infraestrutura de comunicação, dos backbones por onde os fluxos de informação transitam. Estas técnicas não são novas, mas elas não estavam tão evidentes para a imprensa e para os segmentos da sociedade civil interessados em política. Aquilo que poderiam ser consideradas meras hipóteses acadêmicas foram confirmadas pelos fatos. (Silveira, 2011:160-161)

O discurso da exposição da verdade é portanto um ponto significativo na explicitação desse cenário de lutas políticas através das redes de comunicação. Ao buscar a transparência e a exposição dos fatos através das suas denúncias, o Wikileaks acabou criando em uma luta pelo exercício da sua liberdade e autonomia comunicativa, onde ambos interesses conservadores e radicais se enfrentaram na disputa pela exposição ou censura das denúncias.

Pela pressão dos grupos conservadores e das agências governamentais norte-americanas, a empresa Amazon deixou de hospedar o site do Wikileaks no início de dezembro de 2010. A Amazon disse ter atendido a solicitação do Comitê de Segurança e Assuntos Governamentais do Senado dos EUA, presidido por Joe Lieberman. A empresa também declarou estar sofrendo há vários meses ataques a seus servidores devido a manutenção do site do Wikileaks. Sem dúvida, os organismos de inteligência e os grupos conservadores atacam o Wikileaks como parte do que tem sido denominado cyberwar e netwar. Porém, a mobilização política e cibernética contra o Wikileaks gerou uma grande articulação em seu favor. Centenas de sites passaram a espelhar o site do Wikileaks (...) (Silveira, 2011:160-161)

O que então seria a verdade sob o ponto de vista do Wikileaks? Em vários momentos o texto editorial explica que o revelar da verdade é a atividade motivadora da organização e que essa motivação está relacionada com a necessidade de criar um processo de abertura e transparência nos governos. Dessa forma, a relação que o Wikileaks diz estabelecer com a verdade parece ser uma relação não necessariamente jornalística, mas sim institucional ou política, como dito anteriormente. O respeito pela verdade significaria segundo o Wikileaks o respeito pela sua própria condição existencial.

Today, with authoritarian governments in power in much of the world, increasing authoritarian tendencies in democratic governments, and increasing amounts of power vested in unaccountable corporations, the need for openness and transparency is greater than ever. WikiLeaks interest is the revelation of the truth. Unlike the covert activities of state intelligence agencies, as a media publisher WikiLeaks relies upon the power of overt fact to enable and empower citizens to bring feared and corrupt governments and corporations to justice. (Wikileaks, 2012)

A busca pela verdade e a sua possível explicitação sempre fomentou discussões teóricas para a comunicação e principalmente para o jornalismo. Uma das teorias sociais que procuram explicar o fenômeno da exposição da verdade na profissão jornalística demonstra que a interpretação dos discursos verídicos do jornal e da notícia estão relacionados com o papel social assumido pelo jornalista numa espécie de “autoridade interpretativa da sociedade” (Wahl-Jorgensen e Hanitzsch, 2008:97). Segundo essa teoria, o processo de legitimação do real é algo totalmente retórico: algo é verdadeiro porque um jornalista através do jornal ou da notícia afirmou que assim o seria. O exercício da profissão jornalística conquistou ao longo da história um papel social de responsabilidade na explicitação da verdade (Zelizer, 1993:195).

No entanto, as redes de informação parecem ter mudado esse imaginário em torno do jornalista, alterando assim a interpretação da verdade na notícia. A partir da democratização das tecnologias da comunicação, o jornalismo profissional passou a competir com as produções amadoras e o papel da “autoridade interpretativa da sociedade” dispersou-se entre o modelo profissional clássico e o novo amadorismo. Nesse sentido, as redes de produção comunicativa acabaram com o modelo *gatekeeping* onde o jornalista assume o papel responsável de ser o único capaz de selecionar corretamente os fatos e apresentá-los ao público da melhor maneira possível.

A Internet potencializou as capacidades amadoras na produção da notícia. Qualquer um poderia criar a sua própria verdade, escolher os fatos que consideram importantes e produzir informações sobre cada um deles de maneira independente, autônoma e ainda atingir um público considerável em um curto espaço de tempo dispendo de pouco ou nenhum recurso. A produção em rede compartilhou coletivamente a responsabilidade social acerca do esclarecimento da verdade. A consequente criação de novos gêneros de jornalismo também contribuiu para essa dispersão do papel social do jornalista, porque o propósito do jornalismo também tornou-se diferenciado para buscar atender a uma demanda de público que também de se diferenciava (jornalismo investigativo, jornalismo independente, jornalismo político, jornalismo cultural, ciberjornalismo e

tantos outros gêneros).

A request that the public simply trust the journalist's claims to be accurate, complete, and even-handed in gathering and presenting the news shifts to an expectation, if not a demand, that the journalist use the capabilities of the network to provide evidence for those claims (Hayes, Singer, & Ceppos, 2007). More broadly, the transition from a gatekeeping role to a place within a network entails a change in the rationale behind such journalistic norms as truth-telling and fairness. These ethical principles no longer can be based on a belief that without the journalist, the public will not receive truthful or unbiased information and thus will necessarily be misinformed. Rather, these ethical principles are vital because they form the foundations of social relationships—and a network is constituted by such relationships (Wahl-Jorgensen e Hanitzsch, 2008:140)

O Wikileaks também critica o papel social do jornalista na explicitação da verdade e portanto, sugere uma percepção aberta acerca daquilo que é ou deveria ser a verdade. Nesse sentido, a motivação da organização parece girar em torno da criação de uma responsabilidade compartilhada em comprovar os fatos publicados. O modelo de jornalismo que o Wikileaks afirma seguir é um modelo em coletivo onde os diferentes veículos compartilham as fontes, os dados a serem analisados e até mesmo os pontos de vista sobre os fatos. O jornalista está no mesmo patamar que o seu público: o público também tem acesso as fontes, aos dados que foram analisados e também contribuem para a produção da notícia na medida em que possuem a liberdade de consultar as fontes originais e partir daí conferir a sua própria interpretação. O jornalismo deixou de ser uma atividade profissional de alguns detentores da verdade e tornou-se uma prática social coletiva em interpretar os fatos afim de se chegar a uma verdade que não necessariamente deve ser comum a todos.

Publishing the original source material behind each of our stories is the way in which we show the public that our story is authentic. Readers don't have to take our word for it; they can see for themselves. In this way, we also support the work of other journalism organisations, for they can view and use the original documents freely as well. Other journalists may well see an angle or detail in the document that we were not aware of in the first instance. By making the documents freely available, we hope to expand analysis and comment by all the media. Most of all, we want readers know the truth so they can make up their own minds. (Wikileaks, 2012).

No entanto, a distribuição da percepção da verdade parece ter gerado novos problemas para o jornalismo compartilhado proposto pelo Wikileaks. Apesar das características dispersivas causada pelas redes, o jornalista ainda mantém diante da sociedade o papel do detentor da verdade. Esse fenômeno torna-se ainda mais evidente quando o Wikileaks numa tentativa desesperada de conquistar a credibilidade pública, passa a buscar parcerias com os jornais clássicos.

A verdade para o Wikileaks portanto é aquilo que o público interpreta como verdadeiro e não necessariamente aquilo que o jornalista afirmou ser verdade. Isso não significa no entanto que o Wikileaks busque a neutralidade naquilo que escreve, já que também explicita que a neutralidade da organização está no fornecimento das fontes originais utilizadas para a interpretação e não interpretação em si. Em outras palavras seria como dizer ao público de maneira bastante disciplinar que: “quando se escreve, nunca se é neutro ou imparcial. A neutralidade ou imparcialidade são objetivos impossíveis de se alcançar. Portanto, o que fornecemos é apenas uma interpretação parcial dos fatos. Se algo daquilo que aqui está escrito não parece ser verdadeiro, por

favor não se prenda apenas as nossas palavras. Acesse as informações originais disponíveis através das bases de dados ou dos documentos publicados e tire suas próprias conclusões acerca dos fatos. Se preferir, utilize também esses dados e documentos para desenvolver a sua própria interpretação”.

To determine the truth of our statements on this, simply look at the evidence. By definition, intelligence agencies want to hoard information. By contrast, WikiLeaks has shown that it wants to do just the opposite. Our track record shows we go to great lengths to bring the truth to the world without fear or favour. (Wikileaks, 2012)

A transparência da verdade na rede de comunicação autônoma e colaborativa que o Wikileaks aparentemente criou passa pois pela necessidade de relativizar aquilo que é de fato a verdade. A verdade sob o ponto de vista do Wikileaks é uma interpretação ou construção social da realidade através do senso comum sobre determinado fato¹¹¹. A própria instituição propõe no entanto que essa interpretação ou construção não deve prender-se apenas no papel mediador do jornalista e nem mesmo do próprio Wikileaks. Conclui-se assim que o Wikileaks acabou tornando-se uma espécie de “rede de poder provedora da verdade dos fatos” por conseguir relativizar a maneira de se interpretar essa verdade.

Essa postura diante da verdade talvez ajude a compreender um dos principais motivos pela qual o Wikileaks afirma prover um novo tipo de jornalismo. O jornalismo clássico baseia-se simplesmente na exposição da verdade dos fatos através de uma suposta imparcialidade na descrição dos mesmos, o que certamente não acontece com o Wikileaks. No entanto, a postura “parcial” na interpretação dos fatos pelo Wikileaks também não é nova, já que foi bastante praticada até a década de 50.

111 Nesse sentido, compreender o fenômeno da construção social da realidade. Consultar *The Reality of Everyday Life* (Luckmann, 1991:33)

6. Conclusão

Os estudos históricos mostraram-se fundamentais neste trabalho por dois motivos principais: um deles diz respeito à necessidade de desconstruir o momento presente a fim de estudá-lo e analisá-lo numa comparação com o passado, sugerindo então novas perspectivas futuras para que, dessa forma, se possa chegar a uma conclusão acerca dos contextos sociais e das tecnologias. O outro diz respeito à metodologia utilizada nesse trabalho, cujo estudo histórico se torna essencial. Dessa forma, grande parte das conclusões aqui descritas são frutos de uma interpretação científica do contexto social das TIC

O Wikileaks é um objeto de estudo complexo, cuja abordagem científica ainda é recente. Essa complexidade não se limita apenas ao entendimento do funcionamento interno do Wikileaks ou à real extensão da sua rede de informações, mas também na compreensão do contexto social da qual ele se insere. Um outro fator de dificuldade está no fato de que a organização se encontra atualmente em constante atividade e escreve a cada dia novas linhas no curso de sua história, o que exige muita flexibilidade e dinamismo nos estudos de pesquisa. Ter o Wikileaks como objeto de análise também significa um desafio para o pesquisador pelo fato de que as produções teóricas acerca da relação entre o jornalismo investigativo e as consequentes transformações para a comunicação ainda são escassas se comparadas a outras áreas de estudos do jornalismo. A escolha da metodologia da análise do discurso justifica-se por permitir criar da maneira mais abrangente possível um mosaico fluido dos saberes acerca do tema que em muitos momentos parecem se complementar.

Uma outra dificuldade no estudo e na análise deste objeto está no fato de que as reais consequências trazidas pela exposição do caso *CableGate* e das propostas de mudança para o jornalismo trazidas pelo Wikileaks ainda não podem ser detalhadamente mensuradas. Nesse sentido, futuras pesquisas sobre o tema serão necessárias para responder a outras questões relativas ao futuro do jornalismo investigativo e da comunicação compartilhada.

Delimitar a real extensão do corpo institucional do Wikileaks tornou-se igualmente um problema, já que muitas informações acerca dos detalhes do funcionamento interno e do tipo de trabalho desempenhado por cada membro não se encontram facilmente disponíveis por motivos de segurança da organização, o que limita a análise apenas aos detalhes que o Wikileaks permite que transpareçam ao público através da sua página ou de algumas publicações impressas. Por esse motivo, conseguir diferenciar, por exemplo, os reais interesses de Julian Assange dos interesses institucionais do coletivo que compõe o Wikileaks é complexo.

No entanto, apesar das dificuldades de estudo e análise, os objetivos propostos para esse

trabalho foram atingidos. Através da análise do texto e do estudo das mudanças ocorridas no jornalismo investigativo ao longo dos anos, foi possível traçar uma abordagem crítica sobre o fenômeno do Wikileaks e também sobre o caso *CableGate* onde resultados concretos puderam ser analisados. Talvez o mais significativo deles seja o conjunto de mudanças que o Wikileaks de maneira direta ou indireta trouxe para os métodos de investigação jornalísticos. Nesse ponto, o passado e o presente se encontram para de alguma forma, trazer outras possibilidade para o futuro da comunicação jornalística.

Esse conjunto de mudanças propostas também são consequências das novas possibilidades trazidas pelas tecnologias de comunicação e informação, o que nos leva a concluir que os pontos mais importantes na análise do discurso no texto editorial da organização dizem respeito a descrição das características que explicitam essas propostas de mudança. Um ponto inicial para a compreensão dos resultados desse trabalho dizem respeito as premissas de que o Wikileaks afirma criar um novo modelo de jornalismo investigativo baseando-se no fato de que: 1) o seu modelo de escrita não se prende aos interesses de mercado; 2) é pensado e produzido sob uma lógica aberta e colaborativa que o modelo em Wiki sugere (*crowdsourcing*); 3) procura ser um instrumento das transformações democráticas; 4) adapta as antigas metodologias de pesquisa jornalística as novas possibilidades comunicativas trazidas pelas tecnologias.

No entanto, conclui-se que seja impossível afirmar que essas propostas signifiquem realmente alguma novidade para o gênero investigativo de jornalismo pelo fato de que: 1) a aplicação desses propostas ainda são muito recentes; 2) o modelo de jornalismo não comercial do ponto de vista histórico não é novo, assim como não são novas as propostas de fazer do jornalismo um instrumento ativo das transformações democráticas nas sociedades; 3) a premissa de que o Wikileaks não se prende totalmente ao mercado midiático também não é verdadeira tendo em vista que em várias publicações, algumas informações tiveram literalmente de ser vendidas ou de transparecer algum valor comercial.

Por outro lado, algumas características desse modelo proposto pelo Wikileaks parecem ser de fato inovadoras: 1) o Wikileaks realmente produz as suas reportagens num modelo colaborativo em *crowdsourcing* antes nunca aplicado no gênero investigativo de jornalismo, unindo profissionalmente em um único meio o público e os jornalistas de diferentes organizações, substituindo em cada matéria a assinatura individual do jornalista pela do coletivo; 2) o Wikileaks utiliza de determinadas metodologias de obtenção da informação que também parecer ser relativamente novas para jornalismo como por exemplo a disponibilidade de determinados serviços anônimos na Internet onde as fontes possam contribuir com as denúncias de maneira e rápida e segura; 3) o entendimento de que a o jornalismo investigativo na Internet consiste em uma rede de poder que confronta ou alia-se a outra redes no intuito de defender seus próprios interesses ou cumprir determinados objetivos.

A estratégia comercial do Wikileaks também nos possibilitou outras conclusões acerca da transparência e da verdade: 1) a instituição necessitou estabelecer parcerias com outros veículos de comunicação como o jornal *The Guardian* para transparecer profissionalismo e atrair a atenção pública para as denúncias. Dessa forma, o Wikileaks não funciona sob uma lógica independente e austera do mercado; 2) o Wikileaks faz questão de deixar claro as diferenças entre “omitir” e “não dizer a verdade”. Para ele, a omissão não passa de uma estratégia de garantir a segurança pessoal das fontes e dos jornalistas; 3) o modelo de jornalismo em *crowdsourcing* proposto pelo Wikileaks necessita de uma estrutura mínima de sustentação que possa prevenir que determinados tipos de ataque políticos que impossibilitem a continuidade do projeto. Nesse sentido, fazer jornalismo investigativo nos moldes do Wikileaks significa estar preparado para uma ciberguerra, como foi o caso do *CableGate*; 4) a verdade para o Wikileaks não se baseia na retórica do jornalista, mas sim na interpretação consciente de cada cidadão sobre os fatos disponibilizados na página da organização. Isso sugere que a verdade para o Wikileaks seja algo plural e diversificado, o que nos leva a crer que ela esteja sendo utilizada como uma “embalagem” na divulgação do trabalho do Wikileaks.

Talvez toda essa contradição teórica em torno do Wikileaks transpareça de fato aquilo que a organização realmente é sob o contexto do jornalismo e da comunicação, ou seja, um mosaico complexo de ideias e conceitos que em muitas situações parecem estar em conflito, mas que se permitem conviver num mesmo espaço como componentes constituintes de uma proposta comunicativa comum, coletiva e que em constante mudança. Conclui-se no entanto que ainda há muito o que estudar sobre este tema, já que ainda existem muitas limitações a ser superadas tanto na análise quanto no posterior desenvolvimento da pesquisa. O sucesso desse trabalho se baseia no fato de que as questões históricas e os reais antecedentes políticos do caso *CableGate* foram respondidos como planejado, bem como as questões referentes a obtenção de informações necessárias para a divulgação do *CableGate*. Já o insucesso diz respeito ao detalhamento da presença ou ausência da filosofia hacker no meio jornalístico, bem como o estudo da relação entre esse tipo de atividade e as redes de poder que o Wikileaks sustenta. Um outro insucesso diz respeito ao fato de tentar delimitar os reais interesses políticos dos Estados e governos nas redes de poder com mais riqueza de detalhes.

Referências bibliográficas

- Aucoin, J. (2006). *The Evolution of American Investigative Journalism*. University of Missouri Press.
- Barbeiro, H., & Lima, P. R. de. (2003). *Manual de Radiojornalismo* (2nd ed.). São Paulo: CAMPUS.
- Black, J. (2004a). *Rethinking Military History* (1st ed.). Routledge.
- Black, J. (2004b). *War and the new disorder in the 21st century*. Continuum International Publishing Group.
- Cáceres, J. G. (2008). La Cibercidad: una visión de lo social y lo urbano desde la cibernética. *Intexto*, 1(12). Obtido de <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4188>
- Carr, J. (2009). *Inside Cyber Warfare: Mapping the Cyber Underworld* (1st ed.). O'Reilly Media.
- Castells, M. (2008). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Alianza Editorial.
- Christofoletti, R., & de Oliveira, C. (2011). Jornalismo pós-WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação // Journalism post-Wikileaks: ethics in times of global information leaks. *Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura*, 9(2), 231–245.
- Clarke, R. A., & Knake, R. (2010). *Cyber War: The Next Threat to National Security and What to Do About It* (First Edition.). Ecco.
- Cohen, S. (1980). *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. Routledge.
- Collings, D., Rohozinski, R., Leadership, A. W. C. (U. S.). C. for S., & Group, S. (2009). *Bullets and blogs: new media and the warfighter : an analytical synthesis and workshop report*. Center for Strategic Leadership, U.S. Army War College.
- Collings, D., Rohozinski, R., Leadership, A. W. C. (U. S.). C. for S., & Group, U. of C. A. N. R. (2006). *Shifting fire: information effects in counterinsurgency and stability operations : a workshop*

report. U.S. Army War College.

Deibert, R. (2008). *Access denied: the practice and policy of global Internet filtering*. MIT Press.

Deibert, R., Palfrey, J., Rohozinski, R., & Zittrain, J. (2011). *Access Contested: Security, Identity, and Resistance in Asian Cyberspace*. MIT Press.

Deibert, R., Palfrey, J., Rohozinski, R., & Zittrain, J. (Eds.). (2010). *Access Controlled: The Shaping of Power, Rights, and Rule in Cyberspace* (1st ed.). The MIT Press.

Derian, J. D. (2009). *Virtuous war: mapping the military-industrial-media-entertainment network*. Taylor & Francis.

Dreyfus, S., & Assange, J. (2012). *Underground: Tales of Hacking, Madness and Obsession on the Electronic Frontier*. Canongate Books.

Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Addison Wesley Publishing Company.

Firmino, R. (2011). Território e materialidade: Wikileaks e o controle do espaço informacional // Territory and materiality: Wikileaks and the control of the informational space. *Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura*, 9(2), 167–182.

Foucault, M. (2003). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.

Foucault, M. (2007). *ARQUEOLOGIA DO SABER*. Forense Universitari.

Fowler, R. (1991). *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press* (First Edition.). Routledge.

Galloway, A. R. (2004). *Protocol: How Control Exists after Decentralization*. The MIT Press.

Games. (sem data). *Wikileaks Stories*. Obtido de <http://wikileaks-stories.com/games/>

Gilles, D. (2008). *Conversações*. Editora 34.

Goffman, E. (2007). *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva.

Gray, C. H. (1997). *Postmodern war: the new politics of conflict*. Guilford Press.

Heidegger, M. (1977). *The Question Concerning Technology, and Other Essays*. Harper Torchbooks.

Holmes, D. (2005). *Communication Theory: Media, Technology and Society* (1st ed.). Sage

Publications Ltd.

Kamalipour, Y. R., & Snow, N. (Eds.). (2004). *War, Media, and Propaganda: A Global Perspective* (1st ed.). Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Kelly, K. (2008). *New Media: A Critical Introduction, Second Edition* (2nd ed.). T & F Books UK.

Latham, R. (2003). *Bombs and Bandwidth: The Emerging Relationship Between Information Technology and Security*. New Press, The.

Leigh, D., & Harding, L. (2011). *WikiLeaks: Inside Julian Assange's War on Secrecy*.

PublicAffairs.

Lemos, A. (2002). *Cibercultura, tecnologia e vida social no cultura contemporânea*. Sulina.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.

Lévy, P. (2003). *O Que e o virtual?* Editora 34.

Libicki, M. C., & (U.S.), P. A. F. (2009). *Cyberdeterrence and cyberwar*. Rand Corporation.

Libicki, M. C. (2002). *Defending Cyberspace and Other Metaphors*. University Press of the Pacific.

Lippmann, W. (1993). *The Phantom Public*. Transaction Publishers.

Lonsdale, D. J. (2004). *The nature of war in the Information Age: Clausewitzian future*.

Routledge.

Luckmann, T. (1991). *Social Construction of Reality*. Penguin Books.

Maldidier, D., & Guilhaumou, J. (1986). Effets de l'archive. L'analyse de discours du côté de l'histoire. *Langages*, 21(81), 43–56. doi:10.3406/lgge.1986.2477

McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man* (1st ed.). University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division.

Melo, P. B. de. (2011). Polêmicas no jornalismo do século XXI: discussões a partir da Revista Carta Capital // Polemics of the XXI century in journalism: debates from Carta Capital magazine. *Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura*, 9(2), 260–280.

O'Shaughnessy, N. J. (2004). *Politics and propaganda : weapons of mass seduction / Nicholas Jackson O'Shaughnessy*. Ann Arbor :: Manchester University Press.

- Pontecorvo, G. (1967). *The Battle of Algiers*. Drama, History, War.
- Radermecker, S., & Guichaoua, V. (2011). *Julian Assange - WikiLeaks: Warrior for Truth*. Cogito Media Group.
- RECUERO, R. (2009). *REDES SOCIAIS NA Internet*. SULINA.
- Rheingold, H. (2000). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier* (revised edition.). The MIT Press.
- Santos, B. de S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Cortêz.
- Schiffrin, D., Tannen, D., & Hamilton, H. E. (Eds.). (2003). *The Handbook of Discourse Analysis*. Wiley-Blackwell.
- Sifry, M. L. (2011). *WikiLeaks and the Age of Transparency*. OR Books.
- Silveira, S. A. da. (2011). O fenômeno Wikileaks e as redes de poder // The Wikileaks phenomenon and the networks of power. *Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura*, 9(2), 151–166.
- Thompson, K. (1998). *Moral panics*. Routledge.
- United Nations. (2012). Charter of the United Nations. Obtido Fevereiro 15, 2012, de <http://www.un.org/en/documents/charter/>
- Wahl-Jorgensen, K., & Hanitzsch, T. (Eds.). (2008). *The Handbook of Journalism Studies* (1st ed.). Routledge.
- Weber, M., Owen, D. S., Strong, T. B., & Livingstone, R. (2004). *The Vocation Lectures: Science As a Vocation, Politics As a Vocation*. Hackett Pub Co.
- Weber, M., Gerth, H. H., & Mills, C. W. (1979). *Max Weber: Ensaios de Sociologia* (5^a ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Williams, P. N. (1982). *Investigative Reporting and Editing*. Prentice Hall.
- Zelizer, B. (1993). *Covering the Body: The Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. University Of Chicago Press.
- Zerzan, J. (2008). *Running on Emptiness: The Pathology of Civilization*. Feral House.

Anexo

Tabela 1: Densidade de termos – What is Wikileaks?

URL: http://www.wikileaks.org/About.html	
Title: About	
Total words: 4776	
Keyword	Repeats
wikileaks	57
media	28
government	27
information	20
press	18
people	15
documents	15
corruption	14
corporations	14
report	13
Total 2 word phrases: 328	
Keyword	Repeats
wikileaks has	14
publication of	9
the world	9
the public	8
wikileaks is	7
the truth	7
- publication	7
freedom of	6
the pentagon	6
a free	6
Total 3 word phrases: 118	
Keyword	Repeats
the pentagon papers	5
a free press	4
original source material	3
our news stories	3
around the globe	3
anonymous drop box	3
to the world	3
of free speech	3
2009 - publication	3
conversation with julian	2
Total 4 word phrases: 56	
Keyword	Repeats
2009 - publication of	3
in conversation with julian	2
conversation with julian assange	2
with julian assange part	2
wikileaks wikileaks is a	2
the original source material	2
we do not censor	2
government corporations and other	2
journalistic media plays a	2
in its landmark ruling	2

Tabela 2: Tabela : Cobertura dos media sobre o caso CableGate

5,374 unique cables used as source materials in 1,994 unique media items from 227 publishers:			
Source: http://www.cablegatesearch.net/media.php. Last View:23/04/2012			
a1.com.mk (2)	dnevnik.com.mk (1)	kaztag.kz (3)	proceso.hn (3)
ABC Digital (19)	dominantoday.com (1)	Kitchener Daily Record (1)	Pública (42)
Aboriginal Peoples Television Network (12)	efakt.com.mk (1)	kp.ru (1)	quotidienjour.com (1)
abs-cbnnews.com (2)	eff.org (1)	laht.com (1)	rabble.ca (1)
acento.com.do (1)	El Nuevo Herald (3)	lanacion.com.ar (19)	Reuters (2)
acrimed.org (1)	El Pais (8)	laprimera.plana.com.mx (1)	Revista Kamikaze (42)
afterposten.no (259)	elcomercio.com (27)	latimes.com (1)	RT (1)
Aftonbladet (1)	elcomercio.pe (5)	Le Monde (3)	rtn.asia (1)
Al Jazeera English (2)	electronicintifada.net (1)	letemps.ch (1)	rusrep.ru (37)
al-akhbar.com (182)	elespectador.com (9)	lu.emb-japan.go.jp (1)	salon.com (3)
Al-Masry Al-Youm (8)	elfaro.net (21)	m.elcomercio.com (16)	scotlandsonday.scotsman.com (1)
allafrica.com (1)	eluniverso.com (101)	maady (1)	scotsman.com (8)
altmet.org (1)	EnviroLeaks (2)	malaysia-today.net (38)	search.japantimes.co.jp (1)
Antiwar.com (2)	ereporter.com.mk (1)	McClatchy (25)	Semana (21)
Arab Crunch (1)	err.ee (1)	mediahacker.org (5)	Sitel (1)
armeniadiaspora.com (1)	especial.prensa.com (1)	medialens.org (2)	sky.mk (1)
articles.economicstimes.indiatimes.com (1)	euractiv.com (1)	mediapart.fr (2)	solomonstarnews.com (1)
asahi.com (1)	euraktiv.com (1)	mediapool.bg (1)	sovsekretno.ru (1)
asianjournal.com (1)	eurasianet.org (2)	miamiherald.com (1)	spiegel.de (5)
Assyrian International News Agency (1)	facebook.com (1)	michaelgeist.ca (3)	stabroeknews.com (1)
balkans.blog.lemonde.fr (1)	facthai.wordpress.com (1)	michaelmoore.com (1)	stuff.co.nz (1)
bangkokpost.com (5)	FireDogLake (1)	moneycontrol.com (1)	sundaytimes.lk (1)
bbc.co.uk (3)	foodwhistleblower.org (1)	nacion.com (61)	survie.org (7)
bbc.com (1)	Foreign Policy (9)	namawinlake.wordpress.com (1)	svd.se (1)
belfasttelegaph.co.uk (14)	Foreign Policy Journal (1)	narcosphere.narconews.com (1)	svtplay.se (1)
bellinghamherald.com (1)	freemalysiatoday.com (2)	nashuatelegraph.com (1)	Sydney Morning Herald (2)
beta.news.yahoo.com (1)	frontlinekashmir.org (1)	nation.com.pk (1)	taipeitimes.com (2)
bivol.bg (17)	ft.com (3)	nationalpost.com (2)	talkzimbabwe.com (1)
bkks.org (1)	fun.mnogoo.mk (1)	naviny.by (4)	tanea.gr (3)
brecha.com.uy (2)	Gawker (1)	nawaat.org (1)	Taraf (6)
bsnorrell.blogspot.com (7)	Georgia Straiant (1)	ndtv.com (11)	telegaph.co.uk (5)
Business Insider (1)	ghanabusinessnews.com (1)	New York Times (63)	The Guardian (227)
canada.com (2)	globalnation.inquirer.net (1)	new.novaygazeta.ru (1)	The Nation (7)
canberratimes.com.au (2)	Globe and Mail (9)	newsbomb.gr (1)	the-star.co.ke (1)
capital.bg (3)	gmanews.tv (2)	newsroompanama.com (1)	theage.com.au (2)
CBC (12)	google.com (3)	newzimbabwe.com (1)	theaustralian.com.au (3)
cepr.net (1)	greenleft.org.au (1)	novaygazeta.ru (4)	thehindu.com (173)
ceskapozice.cz (1)	greenpeace.org (1)	novgaz.ru (3)	theadjakartaglobe.com (1)
chinapost.com.tw (1)	greenpeace.org.uk (1)	novinar.bg (1)	thenews.com.pk (1)
chosun.com (1)	guampdn.com (4)	novinite.com (3)	thesundayleader.lk (1)
citizen.org (1)	Haaretz (4)	npr.org (1)	Think Progress (2)
citizen.typepad.com (1)	haitiliberte.com (1)	nrc.nl (6)	time.com (1)
confidencial.com.ni (11)	Haiti Liberté (30)	online.wsj.com (1)	time.mk (1)
crikey.com.au (1)	heise.de (1)	ornstein.org (1)	Times of India (2)
crowdleaks.org (34)	heraldsun.com.au (1)	ottawacitizen.com (1)	timeslive.co.za (1)
CTV (1)	hispanicallyspeakingnews.com (1)	ozodlik.org (1)	torrentfreak.com (1)
cyprus-mail.com (3)	houstonpress.com (2)	pacificfreepress.com (1)	tovima.gr (1)
Daily Nation (2)	independent.ie (5)	padigital.com.pa (2)	tribune.com.pk (4)
daily.mk (1)	inpress.com.mk (1)	pagina12.com.ar (1)	trust.org (1)
Dawn (23)	jamaica-gleaner.com (9)	pari.bg (1)	truth-out.org (2)
delimiter.com.au (1)	jomada.com.mx (64)	pcworld.com (1)	twitter.com (1)
democracynow.org (1)	jornada.unam.mx (3)	phnompenhpost.com (1)	usa.greekreporter.com (1)
dnaindia.com (1)	jpost.com (1)	plazapublica.com.gt (2)	vesti.alfa.mk (1)
dnevnik.bg (1)	jumalul.ro (1)	plusinfo.mk (1)	redesmissies.nl (1)
		praguemonitor.com (1)	Washington Post (4)
			washingtontimes.com (2)
			Winnipeg Free Press (1)
			wired.com (1)
			wicentral.org (12)
			wsj.com (2)
			wsws.org (2)
			xinhuant.com (1)
			ynews.com (1)

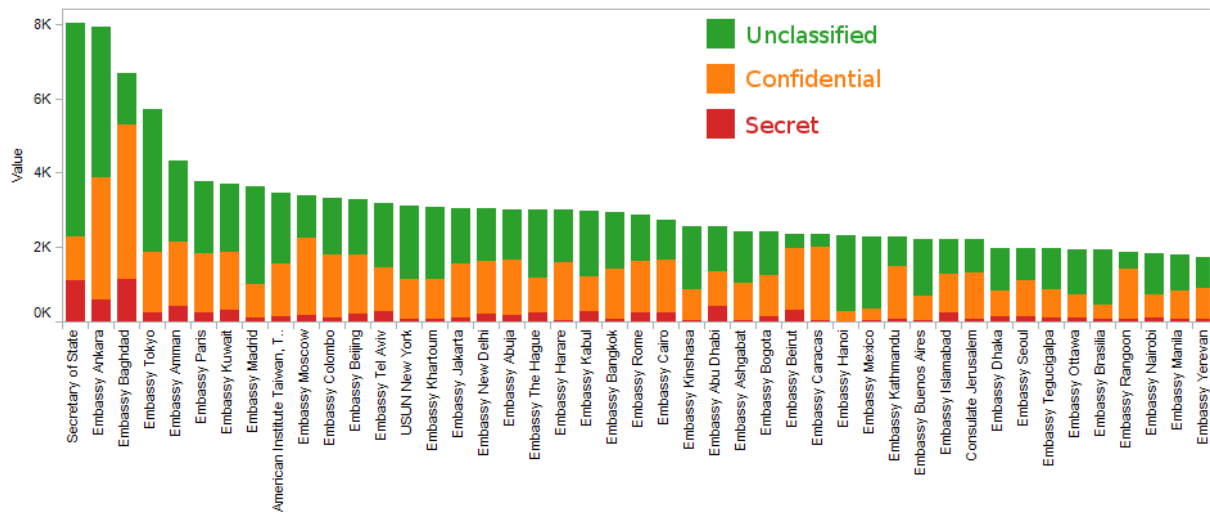


Figura 1: Gráficos do conjunto de dados do CableGate – wikileaks.org/CableGate